

## Quem disse ?

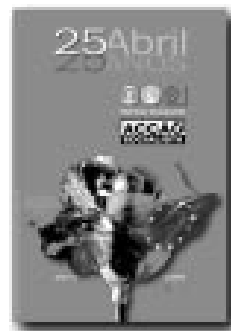
«O PS é um partido inteiro. Não pode ser um partido de todas as coisas»

**Fernando Valle**

*Jantar anual de fundadores do PS, Feira Popular, dia 19 de Abril*



Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)



## Nova proposta até ao final da legislatura

### Governo relança reforma da lei eleitoral

O Governo vai insistir na reforma da Lei Eleitoral, tendo em vista contribuir para o aprofundamento da Democracia em Portugal, aproximando eleitos e eleitores, e corresponder aos sucessivos apelos do Presidente da República sobre esta mesma matéria. Com esta atitude, o Governo também demonstra a sua insatisfação pela forma irresponsável como a oposição encerrou o debate da reforma da Lei Eleitoral, no ano passado, unindo-se para chumbar uma primeira proposta de lei do Executivo.

Hoje, durante uma conferência no Centro Cultural de Belém, as universidades de Lisboa, Porto e Aveiro apresentam em conjunto e pela primeira vez no país uma proposta que divide geograficamente os 99 círculos uninominais a criar, num total de 230 deputados. A segunda proposta de lei do Governo conservará, igualmente, a existência de um círculo de candidatura nacional e outro de apuramento distrital.

No primeiro painel, moderado por Freitas do Amaral e com a presença de Dieter Nohlen (Universidade de Heidelberg), estarão em discussão a «Delimitação dos círculos uninominais - A experiência portuguesa e a actualidade mundial».

No segundo painel, dedicado ao tema da «Reforma da Lei Eleitoral Portuguesa», usarão da palavra o ministro dos Assuntos Parlamentares, António Costa, e os docentes do Centro de Estudos Geográficos de Lisboa Diogo Abreu e Marques da Costa. Este debate será moderado pelo prof. Jorge Miranda, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Para a sessão de encerramento, foram convidados Ron Johnston (Universidade de Bristol) e Micah Altman (da Universidade de Harvard).



## SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA DO 25 DE ABRIL SAMPALHO APELA À REFORMA DO SISTEMA POLÍTICO

O Presidente da República voltou a alertar os partidos para a necessidade de uma reforma do sistema político em Portugal, tendo chamado a atenção para os riscos de um crescente distanciamento dos cidadãos em relação à participação democrática. No seu discurso, Jorge Sampaio também preconizou a realização de uma conferência sobre o Sudeste europeu, visando estabilizar esta região do continente. Quanto à posição de fundo face ao conflito com a Jugoslávia, o chefe de Estado foi claro em condenar o regime de Milosevic, responsabilizando-o por grosseiras violações dos direitos humanos.

## Sociedade & País

### Modernização administrativa Abriu a primeira Loja do Cidadão



«Uma revolução na modernização administrativa e uma transformação de mentalidade.» Foi com estas palavras que o primeiro-ministro, António Guterres, descreveu, na passada terça-feira, dia 27, a abertura da primeira Loja do Cidadão, durante o acto inaugural ao qual presidiu e que decorreu em Lisboa.

## Governo

### Droga Consumo descriminalizado



O Governo socialista deu luz verde, no passado dia 22, à nova Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga.

A principal novidade trazida pela aprovação da referida resolução de Conselho de Ministros consiste na descriminalização do consumo de substâncias psicotrópicas e estupefacientes, embora mantenha a sua ilegalidade.



## Droga: descriminalização do consumo

Por proposta do ministro José Sócrates foi aprovado no último Conselho de Ministros a Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga. Neste documento, aprovado por unanimidade, estão enunciados os princípios e as opções estratégicas que o Governo irá adoptar nesta matéria tão sensível.

Tendo por base as recomendações apresentadas por conceituados especialistas, reunidos numa comissão presidida pelo professor Alexandre Quintanilha, a estratégia do Governo acaba por ter como aspecto mais mediático a descriminalização do consumo de substâncias psicotrópicas e de estupefacientes, embora se mantenha a ilegalidade.

A opção pela rejeição da liberalização e do consumo de drogas justifica-se por Portugal estar sujeito a um conjunto de convenções internacionais, incluindo o próprio Acordo de Schengen. Nestas circunstâncias a legalização seria um acto completamente irresponsável, já que colocaria Portugal fora de todo o quadro do direito público que hoje vigora para todo o mundo.

As alterações à Lei da Droga, necessárias para o enquadramento legal da estratégia definida, vão agora começar a ser estudadas por uma comissão a nomear pelo ministro da Justiça, Vera Jardim, para que o projecto venha ainda a ser aprovado pela Assembleia da República durante a presente legislatura. A adopção de um novo quadro legal colocará Portugal como um dos países mais avançados nesta matéria a par da Espanha e da Itália. Com a implementação da nova estratégia o Projecto Vida irá ser substituído por um novo órgão denominado Instituto de Prevenção da Droga e da Toxicodependência (IPDT), que visa, tal como o nome indica, a prevenção primária. Nesta matéria prevê-se a progressiva transferência de responsabilidades para as autarquias locais, contando-se com a mobilização de jovens, pais, escolas e instituições da sociedade civil.

De salientar que a Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga vem reforçar todo o empenhamento que o Governo tem vindo a colocar no combate à droga e dar uma nova visão do consumidor de drogas. Isto é, em vez de crime, consumir droga passa a ser um ilícito passível de multa.

A Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga tem, no entanto, um âmbito muito mais vasto. O documento prevê o alargamento e a diversificação dos programas de metadona, o aumento de camas para tratamento, a eliminação das listas de espera e envolver neste combate todo o sistema de saúde.



## MITTERRAND A CAMINHO DE UMA VITÓRIA HISTÓRICA

A vitória do candidato socialista François Mitterrand na primeira volta das eleições presidenciais em França era objecto de particular atenção nas páginas da edição de 30 de Abril de 1981 do «Acção Socialista», então com a redacção no edifício da CEIG, no Dafundo.

Numa análise aos resultados eleitorais em França, o Departamento Internacional do PS considerava ter-se tratado de «um significativo avanço do socialismo democrático, de grande transcendência para a França e para a Europa, e o maior retrocesso, desde 1934, do PCF e do seu candidato, bem como a evidente divisão no seio das forças conservadoras».

Numa missiva, o camarada Mário Soares manifestava ao seu amigo Mitterrand «o regozijo dos socialistas portugueses pelos resultados alcançados, os melhores de sempre dos socialistas franceses».

Destaque nesta edição para um notável artigo de Jacques Delors, intitulado «Retomar o desafio do tempo».

«A igualdade de possibilidades em matéria escolar e a formação permanente têm de desembocar na educação ao longo da vida, cada um tornando-se, por seu turno, professor e aluno, mais capaz de se compreender a si próprio», escrevia Delors.

30 de Abril

Quem disse?

«O sacrifício e luta de muitos democratas tornou possível e concreto o 25 de Abril»

António Macedo



## Edite Estrela eleita em Paris

A camarada Edite Estrela foi eleita em Paris presidente da Comissão das Eleições Locais e Regionais do CCRE (Comité de Autarquias e Regiões da Europa do Conselho da Europa).

A presidente da Câmara de Sintra, uma das autarcas-modelo do PS, foi eleita no dia

15, em Paris, derrotando logo à primeira volta as outras sete candidatas de outros tantos países-membros.

Uma eleição que é o reconhecimento internacional da actividade notável a nível autárquico desenvolvida pela camarada Edite Estrela.

## António Galamba em Bruxelas

O camarada António Galamba, dirigente nacional do PS, participa hoje, em Bruxelas, numa reunião do Grupo de Informação e Organização do Partido Socialista Europeu.

Na sede do Parlamento Europeu, os socialistas europeus finalizarão a campanha para as eleições europeias de Junho e

aprofundarão os mecanismos de funcionamento dos partidos para a afirmação da mensagem dos socialistas europeus.

O camarada António Galamba apresentará na reunião uma proposta de adopção de medidas de combate à abstenção através de um apelo à participação dos cidadãos no acto eleitoral.

## Timor-Leste Acordo adiado mais uma vez

A 14ª ronda de negociações entre Portugal e Indonésia para solucionar o diferendo sobre Timor-Leste terminou, no passado dia 23, em Nova Iorque, sem a aguardada assinatura do acordo de solução para a questão timorense, que se arrasta há 23 anos.

O texto do acordo ficou concluído, mas os ministros dos Negócios Estrangeiros dos dois países terão que voltar brevemente à sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, para subscreverem o acordo que irá, na prática, permitir aos timorenses pronunciarem-se, através do voto secreto, sobre o estatuto do território.

O ministro dos Negócios Estrangeiros português, Jaime Gama, chegou a Nova Iorque disposto a assinar o acordo se o texto do documento integrasse os pressupostos colocados por Portugal, mas o seu homólogo indonésio Ali Alatas acabou por

não subscrever o documento, alegando que foram integrados novos elementos no quadro negocial.

Os dois ministros prometeram, contudo, concluir o texto, e voltarem brevemente a Nova Iorque para finalizarem a subscrição do acordo.

Em contrapartida, a consulta aos timorenses, que chegou a ser anunciada para Julho, poderá ser antecipada, «devido ao excelente trabalho do secretariado das Nações Unidas», disse Jaime Gama. Na consulta por voto secreto, os timorenses vão dizer se aceitam a autonomia alargada para o território sob administração indonésia ou se a rejeitam, situação que abre o caminho para a independência, dado que, nessas circunstâncias, a Indonésia se compromete abandonar o território que invadiu e mantém ocupado desde 1975.

## ONU/Ambiente Gestão integrada dos oceanos

A ministra do Ambiente, Elisa Ferreira, defendeu no dia 22, em Nova Iorque, uma maior coordenação das instituições internacionais tendo em vista uma gestão integrada dos oceanos.

O aprofundamento das matérias ligadas aos mares no seio das Nações Unidas e um maior envolvimento da sociedade e das ONG na questão foram algumas das propostas deixadas por Elisa Ferreira na 7ª sessão da Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, que decorreu desde na referida cidade norte-americana.

A governante portuguesa frisou a importância de uma nova abordagem dos problemas dos mares nas Nações Unidas, tendo em conta a forma «dispersa e descoordenada» como este assunto é abordado pelos vários organismos.

Esta posição surgiu na sequência dos acontecimentos ligados ao mar e que mar-

caram o ano passado: a reunião OSPAR realizada em Julho, em Sintra, a Exposição Mundial de Lisboa dedicada ao tema e o Ano Internacional dos Oceanos, segundo designação das Nações Unidas.

Além disso, a Comissão Mundial Independente para os Oceanos é presidida por um português: o camarada Mário Soares.

A busca de resultados concretos é o objectivo das ideias apresentadas por Elisa Ferreira, que propôs ainda a organização de uma reunião internacional sobre os oceanos, patrocinada em conjunto pela ONU e por organizações não governamentais (ONG).

Reafirmando a importância de um melhor e mais eficaz funcionamento das instituições internacionais, a ministra do Ambiente portuguesa propôs ainda que durante este ano fosse feita uma revisão dos mandatos e actividades das organizações da ONU relacionadas com os oceanos.

25 DE ABRIL

Presidente apela à reforma do sistema político

## É PRECISO TRAVAR O ABSTENCIONISMO

O Presidente da República voltou a alertar os partidos para a necessidade de uma reforma do sistema político em Portugal, tendo chamado a atenção para os riscos de um crescente distanciamento dos cidadãos em relação à participação democrática. No seu discurso, Jorge Sampaio também preconizou a realização de uma conferência sobre o Sudeste europeu, visando estabilizar esta região do continente. Quanto à posição de fundo face ao conflito com a Jugoslávia, o chefe de Estado foi claro em condenar o regime de Milosevic, responsabilizando-o por grosseiras violações dos direitos humanos. Já Almeida Santos, no seu discurso, advertiu para os riscos do fenómeno da globalização e consequente ameaça ao sistema político democrático, enquanto que Francisco Assis destacou a figura de Mário Soares na luta pelo actual regime pluralista e de liberdade.

**N**a sessão solene comemorativa dos 25 anos da revolução de Abril de 1974, na Assembleia da República, o chefe de Estado voltou a alertar os partidos políticos para a necessidade de um amplo consenso em torno da reforma do sistema político, como forma de combater o abstencionismo. O Presidente da República começou por fazer uma alusão à necessidade de qualquer Estado de Direito carecer de aperfeiçoamento permanente e de estar atento à evolução das sociedades para melhor garantir a igualdade de oportunidades e a capacidade de iniciativa.

«O debate acerca da reforma do sistema político, da lei eleitoral, do reforço da participação dos cidadãos e do financiamento da actividade política continua em aberto e deve merecer a nossa maior atenção», frisou Jorge Sampaio na sua intervenção. A seguir, lembrou que «há sempre novas questões a discutir. Vinte e cinco anos depois temos de novo perante nós a necessidade de procurar com coragem a construção dos consensos sem os quais estas reformas são inviáveis. Sem elas, talvez não seja possível dar resposta aos sinais de distanciamento na relação entre os cidadãos e o sistema de representação». E estes sinais, segundo o Presidente da República, «são evidentes, por exemplo, nas taxas de abstenção eleitoral ou na ausência de voluntários em número suficiente para as operações de escrutínio e fiscalização eleitoral que ainda há dez anos atrás mobilizavam milhares de militantes partidários». Outro dos temas principais do discurso proferido pelo Presidente da República, passou pelo tema da intervenção da NATO no



conflito da Jugoslávia. Jorge Sampaio aproveitou a ocasião para propôr a realização de uma conferência sobre a Europa do Sudeste, na qual se deverá tentar avançar com um pacto de estabilidade baseado em elementos políticos e económicos e reforçar a perspectiva de uma aproximação crescente destes países à União Europeia. Quanto à sua opinião sobre a intervenção da Aliança Atlântica nos Balcãs, Jorge Sampaio não deixou qualquer margem para dúvidas. «É impossível aceitar a brutalidade inqualificável das forças militares e policiais sérvias contra os albaneses. Tão grosseiras violações dos direitos humanos são intoleráveis. Não há impunidade possível para actos desta natureza e é importante que Milosevic compreenda isso e se compenetre da determinação da comunidade internacional», salientou.

### Acordo sobre Timor

Com o Presidente da República de Moçambique, Joaquim Chissano, a assistir nas galerias à sessão solene, o chefe de Estado transmitiu palavras de esperança para o povo timorense. «O acordo alcançado sobre uma consulta livre e democrática representa um passo da maior importância no processo de autodeterminação de Timor-Leste. Sei que todos partilhamos a esperança de que esse acordo possa ser assinado proximamente e, sobretudo, que todas as partes se empenhem em cumprir escrupulosa e integralmente as suas disposições, de modo a criar as condições de paz e estabilidade no território», declarou Jorge Sampaio.

Ao usar da palavra, o Presidente da Assembleia da República recordou que «Abril foi o fim do mal e a aurora do bem. Vinte e cinco anos depois, o balanço é não só positivo mas exaltante. Somos hoje um país livre e democrático, que não apenas cresce, mas em bom ritmo se desenvolve». Porém, Almeida Santos também não hesitou em apontar as tarefas que faltam ainda cumprir à democracia portuguesa. «Falta cumprir Abril com a libertação do povo de Timor. Povo heróico, povo mártir, a nós ligado por laços de História, afecto e cidadania, já desponta a alvorada da sua libertação, por sobre os cadáveres de renovadas chacinhas. O demo começa a transferir-se para o coração do algôs. Mas ainda é cedo para cantar vitória». No entanto, referiu o Presidente da Assembleia da República, «não poderemos permitir-nos descansar enquanto em plenitude não raiar em Timor o sol da liberdade».

Além de Timor, falta ainda cumprir Abril, segundo Almeida Santos, com a paz em Angola. «A guerra civil que vitima o seu povo tem culpados certos: longínquos e próximos. Ainda assim, o povo português reflecte as ansiedades do povo angolano como se fossem suas», disse.

### A importância de Mário Soares

Antes de sublinhar o quanto é importante aprofundar os direitos sociais consagrados na Constituição da República, Almeida Santos manifestou também o desejo de «um triunfo definitivo dos direitos humanos, onde quer que novas limpezas étnicas, novos racismos, novas xenofobias e novas injus-

tiças ponham em causa, ou sequer em risco. Onde quer que isso ocorra, diz-nos directamente respeito», realçou o Presidente da Assembleia da República.

Pelo PS, durante a sessão solene, usou da palavra o presidente do Grupo Parlamentar, Francisco Assis, que frisou o papel do partido, «antes de 74 na resistência, e depois do 25 de Abril, na luta pela instauração de uma democracia parlamentar e na busca de equilíbrios que evitassem a exclusão de qualquer sector político do debate nacional». De entre os socialistas, Francisco Assis destacou depois um dos seus militantes: Mário Soares.

«Não há nenhuma razão conjuntural que me iniba de salientar a importância do contributo de Mário Soares para a consolidação da democracia portuguesa. Faço-o, precisamente numa altura em que Mário Soares volta a travar um combate político, desta vez em nome de uma ideia e de um projecto para a Europa», afirmou. Já quanto às comemorações de Abril, o líder da bancada socialista frisou que, em Portugal, «há hoje razões para enfrentar o futuro com optimismo, mas não devemos nunca perder a lucidez crítica. A democracia é sempre um regime frágil que carece de ser permanentemente realimentado», advertiu, antes de salientar a consciência inerente a boa parte da sua geração de jovens de que o 25 de Abril de 1974 foi a ocorrência que tornou possíveis tantos dias felizes nas nossas vidas. Jamais perdemos de vista que cumprir Abril é uma tarefa sempre inacabada, como realizar Portugal é o nosso desafio de todos os instantes».

## TODOS OS CANDIDATOS SERÃO TRATADOS EM ABSOLUTO PÉ DE IGUALDADE

**Mário Soares não vai conceder nenhum estatuto especial ao cabeça-de-lista do PSD concorrente às eleições para o Parlamento Europeu. Na passada segunda-feira, após se ter reunido no Largo do Rato com o secretário-geral do partido, António Guterres, e com o restante elenco da lista socialista concorrente às eleições europeias, o ex-Presidente da República e fundador do PS fez questão de recordar como são as regras normais em democracia e disse que aceitará debater serenamente todas as questões com os restantes candidatos. Contudo, frisou que todos os cabeças-de-lista de partidos com representação parlamentar serão tratados em absoluto pé de igualdade.**



**P**ela primeira vez, desde que se afastou do cargo de secretário-geral do PS para ocupar a Presidência da República, Mário Soares regressou à renovada sede nacional do partido para participar numa reunião, que teve como objectivo principal afinar a estratégia dos socialistas nas eleições para o Parlamento Europeu. Depois de tirar uma fotografia com todos os membros da lista do PS para as eleições

europeias, nos jardins da sede do Largo do Rato, o ex-chefe de Estado esclareceu alguns aspectos sobre a forma como se integrará na próxima campanha eleitoral. Entre outros aspectos, «o número um» da lista europeia socialista fez questão de frisar que aceitará participar em debates públicos (nos principais órgãos de comunicação social) com os restantes cabeças de lista de partidos com representação parlamentar. «Devo privilegiar debates serenos e destacar o meu projecto político na Europa», sublinhou, antes de realçar

que todos os candidatos serão por si tratado em pé de igualdade.

A seguir, Mário Soares aproveitou para negar que alguma vez tivesse dito que seria um candidato suprapartidário nas eleições para o Parlamento de Estrasburgo. Após referir que irá participar em várias acções organizadas pelo PS, assegurou que nunca afirmara que estaria acima dos partidos. «Sou cabeça-de-lista de uma equipa partidária. Quero que os portugueses votem nessa lista que eu integro - a do PS - e não em outra, como é

óbvio», observou.

A este propósito, cabe acrescentar que, por diversas vezes, o cabeça-de-lista do PS venceu que não regressa à política activa para se envolver nas questões de ordem partidária, mas para dar um contributo ao processo de construção europeia, num momento em que as principais instituições comunitárias atravessam uma fase difícil. Sobre o conflito militar entre os países da NATO e a Jugoslávia, o ex-Presidente da República recusou a ideia que a sua posição seja incompatível com aquela que tem sido protagonizada pelo Governo junto da comunidade internacional. Para o efeito, recordou a sua qualidade de presidente do Movimento Europeu, onde nunca houve unanimidade em torno desta questão e em que cada um a das personalidades que integram esta entidade expõem as suas razões de ordem pessoal.

Interrogado sobre a escolha do ex-primeiro-ministro de Itália para o lugar de presidente da Comissão Europeia, sucedendo ao luxemburguês Jacques Santer, Mário Soares considerou tratar-se de uma boa opção. A este propósito, frisou que conhece bem Romano Prodi do ponto de vista político e manifestou a sua convicção de que será um bom presidente. «Se, como espero, vier a ser eleito deputado do Parlamento Europeu, dar-lhe-ei todo o meu apoio», afirmou Mário Soares no final da conferência de Imprensa.

## MEDIDAS DE CLEMÊNCIA PARA COMEMORAR O 25 DE ABRIL

**No âmbito das comemorações da revolução de Abril de 1974, a Assembleia da República aprovou por unanimidade um projecto de lei de perdões de pena e de amnistia de pequenas infracções. Apesar dos passos positivos que se deram ao longo das últimas semanas, o presidente do PS e do Parlamento, Almeida Santos, considera que seria possível ter ido mais longe. O PP, porém, inviabilizou que medidas de clemência abrangessem um maior número de reclusos.**

**C**om a aprovação deste projecto de lei, todas as infracções praticadas até ao passado dia 15 de Março e às quais foram aplicadas penas de prisão até oito anos, merecem um perdão de um ano, ou de um

sexto da pena. Nas penas superiores a oito anos, o perdão é de um ano e meio, ou de um oitavo, consoante resulte mais favorável para o recluso. Estas medidas são igualmente aplicáveis às penas de prisão maior, de prisão militar ou de presidio militar e, ainda, àquelas que são fixadas em alternativa a penas de multa. Em caso de cúmulo jurídico, o perdão incide sobre a pena única e é materialmente adicionável a perdões anteriores.

Para acautelar eventuais injustiças em termos de política prisional, ficou decidido vedar o perdão a determinados crimes classificados como graves. Assim, não beneficiarão das medidas de clemência, os cidadãos condenados por delinquência habitual ou por tendência; membros de forças policiais e de segurança ou funcionários e guardas dos serviços prisionais relativamente à prática, no exercício das suas funções, de infracções que constituam violação de direitos, liberdades e ga-

rantias pessoais dos cidadãos (independentemente da pena); infractores ao Código de Estrada, quando tenham praticado a infracção sob a influência do álcool ou de estupefacientes, ou com abandono de um sinistrado.

O perdão genérico de penas também não contemplará condenados por crimes de homicídio qualificado, criminosos contra pessoas e com penas superiores de 10 anos (que já tenha sido reduzida por perdão anterior), casos de violação, de pedofilia e abuso sexual de menores, terrorismo, genocídio, ou crimes contra a economia ou fiscais, burla ou de abuso de confiança, quando cometidos através de falsificação de documentos, ou por titulares de cargos políticos. Não beneficiarão, ainda, os condenados por corrupção, por desvio de fundos comunitários, por fogo posto com dolo e por tráfico de droga. Além do perdão genérico de penas, a Assembleia da República chegou também

a acordo no sentido de anistiar várias bagatelas penais, desde que cometidas até ao passado dia 25 de Março. Neste capítulo, estão contempladas as contraordenações a que correspondam unicamente penas de multa e, igualmente, as que possuem como limite máximo de coima aplicável 500 contos em caso de negligência e de mil contos em caso de dolo.

Terão também direito a ser anistiados infracções disciplinares e os ilícitos disciplinares militares que não constituam simultaneamente ilícitos penais e cuja sanção aplicável não seja superior à suspensão ou prisão militar. Finalmente, são também anistiados, os crimes cuja pena aplicável não seja superior a um ano de prisão ou multa.

Os casos em que se aplica a amnistia, porém, de acordo com o projecto de lei, não extinguirá a responsabilidade civil emergente de factos anistiados.

## CONSUMO DESCRIMINALIZADO

O Governo socialista deu luz verde, no passado dia 22, à nova Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga.

A principal novidade trazida pela aprovação da referida resolução de Conselho de Ministros consiste na descriminalização do consumo de substâncias psicotrópicas e estupefacientes, embora mantenha a sua ilegalidade.

No que diz respeito ao consumo, a estratégia aprovada quinta-feira passada e proposta pelo ministro adjunto do primeiro-ministro, José Sócrates, defende a substituição da pena de prisão por coimas ou pelo tratamento.

Relativamente aos toxicodependentes, a resolução prevê que deixem de ser vistos como criminosos e passem a ser encarados como doentes que precisam de assistência médica.

A resolução preconiza ainda o fim do Projecto Vida e a sua substituição - no que se refere à prevenção primária - pelo novo Instituto de Prevenção da Droga e da Toxicodependência (IPDT), que será dotado de delegações regionais.

Com a alteração legislativa introduzida pela estratégia aprovada em reunião de Conselho de Ministros, e que será objecto de uma proposta de lei a apresentar à Assembleia da República, Portugal adota um quadro legal que é dos mais avançados existentes no mundo, semelhante ao que já vigora em Espanha e em Itália.

No que se refere ao combate do tráfico e ao branqueamento de capitais, o documento aponta para o desenvolvimento do princípio «conheça o seu cliente», responsabilizando os agentes económicos pela obtenção de informações relativas aos seus clientes e pela participação às autoridades das operações financeiras suspeitas.

A resolução do Executivo do PS preconiza, assim, a descriminalização da posse e aquisição de drogas para consumo, actos que passarão a ser proibidos como «ilícitos de mera ordenação social».

Portanto, os simples consumidores deixam de ser considerados criminosos e sujeitos a penas de prisão e multa a aplicar pelos tribunais na sequência de processos judiciais.

Contudo, como acto ilegal que é, o consumo de drogas fica sujeito a sanções administrativas, as quais poderão ser substituídas pelo tratamento voluntário dos toxicodependentes, conforme o que para cada caso for decidido por órgãos administrativos em processo de contra-ordenação.

### Liberalizar seria irresponsável

«O Governo rejeita a liberalização ou legalização do consumo de drogas, o que seria frontalmente contrário às convenções internacionais, incluindo o Acordo de Schengen, e poderia conduzir a um aumento de consumos, sobretudo entre os



menores, decorrente da maior acessibilidade das drogas e da ausência de um desvalor legal do consumo, para além de fazer de Portugal um paraíso das drogas no contexto europeu e mundial», diz uma nota do gabinete do ministro Sócrates.

Por outro lado, «a legalização da detenção de drogas para consumo iria prejudicar, por razões práticas, o combate ao tráfico pelas autoridades policiais, que se veriam confrontadas com a sistemática alegação dos traficantes de que transportariam apenas droga para consumo».

Assim, o Governo socialista considera que a legalização «seria completamente irresponsável porque poria Portugal fora de todo o quadro internacional do Direito Público que hoje vigora para todo o mundo», conforme explicou José Sócrates.

Se tal acontecesse, «Portugal teria de denunciar as convenções que assinou, e a sua integração na União Europeia estaria debilitada já que qualquer movimento no sentido da legalização implicaria provavelmente a denúncia do Acordo Schengen», salientou ainda o ministro adjunto do primeiro-ministro.

Entretanto, «para o mero consumo a prisão não é eficaz», enquanto que por outro lado, a aplicação de sanções administrativas produz mais resultados, «é mais célere e não confunde as vítimas com os criminosos nem a doença com os doentes», disse ainda.

Em matéria de combate à droga, o Executivo chefiado pelo camarada António Guterres pauta-se pelo princípio do pragmatismo, segundo o qual «a política da droga não deve ser baseada em dogmas, mas sim nos resultados», frisou ainda Sócrates.

Entretanto, a resolução aprovada na última reunião do Conselho de Ministros prevê a criação, no âmbito do Ministério da

Justiça, de um grupo de trabalho encarregue da revisão da chamada «lei da droga», por forma a dar seguimento às orientações aprovadas, explicou ainda.

Numa nota oficial, o Governo salienta que o plano contra toxicodependência em questão não prejudica a tarefa das autoridades judiciais no combate ao tráfico, já que permanecendo ilegal a posse de drogas poderão continuar a intervir, interceptando os presumíveis infractores da lei, identificando-os e apreendendo a droga que estiver na sua posse, acrescenta.

Quanto aos programas de administração de metadona, será implementado o seu alargamento às prisões, no âmbito do Programa Especial de Prevenção da

Toxicodependência nos Estabelecimentos Prisionais.

Por outro lado, «está previsto o reforço do investimento em equipas de rua, centros de abrigo e outros centros especiais de informação e motivação junto de toxicodependentes com comportamentos de risco de particular gravidade», diz ainda a nota governamental.

A estratégia aprovada na semana passada prevê o crescimento das verbas do Orçamento do Estado consagradas à luta contra a droga, que foram de sete milhões de contos em 1994, 16 milhões no ano corrente e que se prevê que venha a ser de 32 milhões no ano de 2004, revelou o ministro José Sócrates.

### CONSELHO DE MINISTROS

### Reunião de 22 de Abril

#### O Conselho de Ministros aprovou:

- Um resolução que aprova a Estratégia Nacional de Luta Contra Droga;
- Uma resolução que estabelece uma comissão interministerial para analisar e integrar os múltiplos aspectos associados à luta contra o alcoolismo;
- Uma proposta de lei que regula o direito de associação de menores;
- Uma resolução que atribui o nome de Salgueiro Maia à nova ponte sobre o Tejo em Santarém;
- Um decreto-lei que altera o artigo 42º do Código do Registo Comercial, aprovado em Dezembro de 1986;
- Um diploma que altera a redacção do artigo 6º do decreto-lei que regula o regime de entrega em exploração dos prédios expropriados ou nacionalizados;
- Um decreto-lei que altera a denominação da sociedade anónima constituída pelo decreto-lei n.º 98-A/99, de 26 de Março;
- Um decreto-lei que prorroga o prazo para constituição de garantias reais ou garantia bancária;
- Uma proposta de lei que autoriza o Governo a rever o regime jurídico dos Revisores Oficiais de Contas;
- Um decreto-lei que altera o diploma que criou a Fundação Aga Khan Portugal;
- Uma resolução que exonera o gestor da componente «Turismo» da Intervenção Operacional Turismo e Património Cultural, Rui Manuel dos Santos Mil Homens;
- Um decreto-lei que aprova o Estatuto dos Militares das Forças Armadas.

## DESTAQUE - CM

## Menores

DIREITO DE ASSOCIAÇÃO  
CLARIFICADO

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 22, uma proposta de lei que permite aos menores com idades compreendidas entre os 14 e os 16 anos exercerem o direito de associação, embora em alguns casos sob autorização paternal.

O diploma é da iniciativa dos ministros da Educação, Marçal Grilo, do Trabalho e Solidariedade, Ferro Rodrigues, dos Assuntos Parlamentares, António Costa, e adjunto do primeiro-ministro, José Sócrates. Apesar de a Convenção dos Direitos da Criança, assinada em Nova Iorque em 20 de Novembro de 1989 e ratificada por Portugal em Setembro de 1990, reconhecer o direito da criança à liberdade de associação, considerou-se que «não são claros» no ordenamento jurídico português «os termos em que os menores podem exercer esse direito de associação». Em alguns casos, já estava consagrado o direito de associação dos menores traba-



lhadores no plano sindical e dos menores estudantes a nível estudiantil.

Na proposta de lei aprovada na passada quinta-feira indicam-se três níveis etários, com efeitos distintos no que se refere ao seu alcance em matéria de direito de associação de menores: com idade inferior a 14 anos, igual ou superior a 14 mas inferior a 16 anos, e menores com idade igual ou superior a 16 anos.

«Desta forma, prevê-se que o direito de associação dos menores com idade inferior a 14 anos se possa exercer através de autorização prévia de quem detém o poder paternal do menor», realça-se no texto legal.

E acrescenta-se: «Reconhece-se aos menores com idade igual ou superior a 14 anos e inferior a 16 o direito de aderirem a associações e de constituírem associações, sem necessidade de um acto de autorização prévia, num princípio de reconhecimento de maturidade a estes jovens

para a prática de tais actos e de responsabilidade para fazerem opções associativas».

É igualmente reconhecido «o direito a exercer cargos sociais na associação, embora necessitem, neste caso, de expressa autorização de quem detém o poder paternal, atendendo a que o exercício de tais cargos implica um maior nível de maturidade e responsabilidade e, como tal, a decisão de o menor exercer um tal cargo exigir, de algum modo, um envolvimento daqueles que detêm o poder paternal».

Aos menores com idade igual ou superior a 16 anos reconhece-se o direito a, sem necessidade de autorização prévia de quem detém o poder paternal, poderem exercer cargos sociais nas associações, por o Governo entender que os jovens com esta idade têm já «um nível de maturidade muito considerável», facto que é também reconhecido, designadamente, no Direito Penal e no Direito do Trabalho.

## DESTAQUE - CM

## Comemorações de Abril

HOMENAGEM  
A SALGUEIRO MAIA

A nova ponte sobre o Tejo, em Santarém, já tem um nome: Salgueiro Maia.

Na sequência da política que Governo chefiado por António Guterres iniciou de atribuir o nome de grandes figuras nacionais, a título excepcional, a obras de engenharia que pela sua natureza, função e localização se prestam à evocação simbólica da homenagem que o País lhes deve pelas suas obras e feitos, foram já atribuídos os nomes de Miguel Torga à nova ponte sobre o Douro, no IP3, e de José Saramago à nova ponte transfronteiriça sobre o Caia.

Considerando o relevo nacional de que muito justamente se reveste a comemoração do 25º aniversário do 25 de Abril e dada a exemplar participação de Salgueiro Maia na execução e consolidação democrática do 25 de Abril, como reconhecimento ao seu contributo próprio e ao de todos os membros do Movimento das Forças Armadas que com ele partilharam igual dedicação aos ideais de Abril, o Executivo socialista decidiu dar o nome de Salgueiro Maia à nova ponte sobre o Tejo em Santarém, no IC10, actualmente em construção.

## DESTAQUE - CM

## Combate ao alcoolismo

CRIADA COMISSÃO  
INTERMINISTERIAL

O Executivo socialista decidiu, na passada reunião de Conselho de Ministros, realizada no dia 22, em Lisboa, estabelecer uma comissão interministerial para analisar e integrar os múltiplos aspectos associados à luta contra a dependência de bebidas alcoólicas.

A comissão será constituída por um representante do Ministério da Saúde, que preside, e dos Ministérios da Educação, do Trabalho e da Solidariedade Social, da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, da Administração Interna, da Justiça e da Economia.

O diploma define uma base de cooperação entre o Ministério da Saúde e os demais mi-

nistérios referidos, para que organizem em conjunto, ainda este ano, uma conferência consultiva que permita reunir, analisar e debater diversos projectos sobre a luta contra o alcoolismo.

O diploma estatui, ainda, a intensificação da colaboração internacional nesta matéria, principalmente no âmbito da União Europeia, na sequência da coordenação portuguesa do projecto sobre álcool e juventude, que inclui o II Simpósio Europeu sobre Prevenção Comunitária dos Problemas Ligados ao Alcool - «Alcool, Juventude e Novas Bebidas Desenhadas» - a realizar-se no Porto, de 15 a 17 de Novembro.



PELO PAÍS

Governança Aberta

**ADMINISTRAÇÃO EDUCATIVA**

A melhoria da qualidade da educação básica é uma das apostas portuguesas para o arranque do próximo século, no âmbito do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) para 2000-2006 e do PRODEP III.



Numa reunião realizada no dia 22, em Lisboa, o secretário de Estado da Administração Educativa, Guilherme de Oliveira Martins, apresentou aos parceiros educativos os trabalhos de preparação, em curso, do PDR e do PRODEP III - 2000-2006.

Paralelamente, o CNE definiu as linhas estratégicas para as quatro intervenções operacionais no quadro do próximo PDR. As quatro intervenções operacionais são educação e ciência, formação, emprego e desenvolvimento social.

Além da melhoria da qualidade da educação básica, definiu-se como linhas estratégicas a expansão e diversificação da formação inicial dos jovens, apostando na qualidade e empregabilidade, a promoção e aprendizagem ao longo da vida, bem como a promoção da sociedade do conhecimento, disse à imprensa a secretária-geral do CNE.

Cada uma das linhas estratégicas comporta investimentos e medidas ainda por definir, o que se processará com o acompanhamento e sugestões do CNE.

**CULTURA**

O ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, inaugurou, no dia 24, na Póvoa de Santa Iria, o Palácio da Quinta da Piedade e prometeu apoios governamentais para a recuperação de outros quatro centros culturais do concelho de Vila Franca de Xira.

Manuel Maria Carrilho passou o dia no concelho a inaugurar obras que se arrastam há 20 anos e ainda não estão concluídas, tendo prometido apoios para a recuperação de espaços culturais, isto porque, segundo o governante, «proteger espaços destinados à cultura que revitalizam uma herança é aquilo que mais de precioso podemos consagrar».

Durante a manhã, o ministro da Cultura visitou o Ateneu vilafranquense e entregou a medalha de mérito cultural pelo trabalho desenvolvido pela associação em prol da cultura e recreio no concelho.

A presidente da Câmara de Vila Franca de Xira, Maria da Luz Rosinha, aproveitou a oportunidade para pedir um apoio financeiro para a recuperação de quatro equipamentos culturais: o Ateneu de Vila Fran-

ca, o Cine-Teatro da Póvoa, o Cine-Teatro de Alverca e o Teatro Salvador Marques, em Alhandra.

«Não poderia dispensar a presença do ministro sem falar das necessidades que o concelho tem em termos culturais», afirmou a autarca.

Na inauguração do Palácio da Piedade, Manuel Maria Carrilho prometera o que a presidente queria ouvir: «Eu dou aqui um sinal claro de compromisso pessoal de que todos os projectos serão acompanhados pelo Ministério da Cultura. Uns de imediato, outros faseados.»

**DESENVOLVIMENTO RURAL**

O secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, Vitor Barros, garantiu no dia 22, em Santarém, que Portugal dispõe dos meios para aplicar uma «política de desenvolvimento rural consistente», prometendo uma nova estratégia de desenvolvimento agrícola e rural.

Vitor Barros falava na cerimónia de abertura do VII Congresso da Federação Mediterrânica de Saúde e Promoção de Ruminantes, que terminou no passado sábado, dia 24, na Estação Zootécnica Nacional (EZN), na quinta da Fonte-Boa, no Vale de Santarém.

O secretário de Estado afirmou que a estratégia seguida por Portugal durante as negociações da Agenda 2000 permitiu obter um resultado «claramente positivo» e permite assegurar a existência dos meios necessários para aplicar uma política de desenvolvimento rural consistente.

Segundo disse, a estratégia política que o Governo socialista quer aplicar «visa desenvolver uma aliança entre a agricultura, enquanto actividade produtiva competitiva, e o desenvolvimento sustentável das zonas rurais, na tripla vertente ambiental, económica e social».

Reafirmando a consagração das zonas rurais como «espaços de oportunidades» e não «espaços marginais a cargo do País», Vitor Barros frisou que cabe à investigação «um papel decisivo», pois «nunca poderá haver desenvolvimento rural consequente sem uma cultura científica de suporte».

O governante realçou a importância do Congresso realizado em Santarém como «facilitador da tomada conjunta de acções que possibilitem um melhor controlo sanitário dos efectivos, bem como um aumento da produtividade e da qualidade dos ruminantes produzidos» na zona do Mediterrâneo.

**ECONOMIA**

O ministro da Economia, Pina Moura, afirmou, no dia 22, em Lisboa, que «nada acontecerá» no sector das indústrias de defesa sem aprofundar o processo de construção europeia nos domínios da Política Externa, de Defesa e de Segurança Comum europeias.

Pina Moura intervinha na sessão de encerramento do seminário subordinado ao tema «Repensar e promover as indústrias de defesa», organizado pela Associação Industrial Portuguesa, pelo Centro de Estudos Eurodefesa-Portugal e pela Asso-

ciação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional.

«O problema de a União Europeia ser um ano político» em matéria de Política Externa, Defesa e Segurança Comum tem de ser resolvido pelos seus membros, referiu o governante.



«Sem esta aposta, podem fazer-se muitas apostas sobre o modelo das Indústrias de Defesa na Europa que nada acontecerá para lhes dar maior competitividade e autonomia face à dos EUA», sustentou. O ministro da Economia assinalou depois que a integração das Indústrias de Defesa europeias deve ter em conta as características do sector em países mais pequenos como Portugal.

«Não é aceitável por alguns países da União que se queira impor um modelo de desenvolvimento das Indústrias de Defesa que nem sequer exprime as características identificadoras do processo de construção europeia», declarou Pina Moura. O governante destacou depois o papel das Forças Armadas - onde «é indispensável que a despesa seja traduzida em investimento» através de uma boa política de contrapartidas - enquanto elemento identificador de Portugal no quadro da União Europeia.

Os trabalhos do seminário apontaram vários objectivos estratégicos para o sector em Portugal: inserção das empresas nacionais «em cadeias de valor acrescentado internacional» ou das actividades de defesa nas áreas de interesse estratégico de grupos empresariais portugueses.

**SAÚDE**

A alegada falta de condições de segurança dos doentes na antiga urgência do Hospital de Gaia que não foram transferidos para as novas instalações dominou, na passada terça-feira, dia 27, a visita da ministra da Saúde, Maria de Belém, àquela unidade.

A governante deslocou-se ao Centro Hospitalar de Gaia para inaugurar oficialmente o novo Serviço de Urgência, que está a funcionar desde o dia 17.

As novas instalações, situadas no Hospital Santos Silva, encontram-se no Monte de Virgem, enquanto as antigas funcionavam no Hospital Distrital de Gaia, no centro da cidade, havendo a registar queixas sobre a sua alegada falta de segurança.

«É extraordinário que se tenha melhorado significativamente a urgência e que se pretenda transmitir a contestação, talvez justificada, de quem ficou lá em baixo»,

afirmou a ministra da Saúde, numa alusão às antigas instalações.

Questionada pelos jornalistas sobre a questão das condições de segurança, Maria de Belém remeteu para o director clínico e para a administração do hospital. Sousa e Silva, director do Hospital de Gaia, garantiu aos jornalistas que não conhece os protestos e frisou que «toda a segurança está garantida».



As acusações de falta de segurança para os doentes nas antigas instalações da urgência, onde continuam a funcionar os serviços de Obstetria, Ginecologia e Pediatria, prendem-se com a alegada inexistência de análises clínicas e de radiologia durante todo o dia naquelas instalações, o que obriga os doentes a deslocar-se à nova urgência, situada no Monte da Virgem.

**TURISMO**

O secretário de Estado do Turismo, Vitor Neto, defendeu, no dia 26, em Setúbal, a necessidade de um aumento de verbas comunitárias para o Turismo no próximo Quadro Comunitário de Apoio (QCA).

Vitor Neto, que falava durante a cerimónia de assinatura de um protocolo para a construção de uma Escola de Hotelaria e Turismo, em Setúbal, disse que nos anteriores QCA, o sector turístico foi «desprezado» e acrescentou que «os poucos mecanismos existentes para apoio ao desenvolvimento do turismo também não funcionaram da melhor forma».

Referindo-se depois à estratégia do Executivo socialista para o sector, o governante lembrou os erros cometidos na última década e disse que «o turismo em Portugal já não é só o Algarve, a Madeira e eixo Estoril-Cascais», adiantando que o Governo pretende apoiar, simultaneamente, «uma requalificação do Algarve e dos novos pólos emergentes, de actividade turística».

Para concretizar esta aposta, Vitor Neto considerou «essencial que o turismo possa ter recursos bastante superiores aos que lhe foram atribuídos nos anteriores Quadros Comunitários de Apoio».

«A futura Escola de Hotelaria e Turismo da Costa Azul deverá ser um dos instrumentos para valorizar um desses pólos emergentes do sector turístico, como é a região de Setúbal, contribuindo decisivamente para uma formação profissional adequada no sector da hotelaria e turismo e, conseqüentemente, para melhorar a qualidade da oferta turística», afirmou.

DEPUTADO PEREIRA MARQUES

Cinema, audiovisual e multimédia

## NOVAS REALIDADES



«É importante debater a política a empreender para os sectores do cinema e do audiovisual, assim como é necessário reflectir sobre a dimensão cultural e a importância económica da nova tecnologia multimédia, mas esta figura regimental não permite, obviamente, este debate.»

Foi esta a ideia defendida pelo deputado socialista Fernando Pereira Marques no dia 24, no Parlamento, por ocasião da apreciação do decreto-lei relativo aos referidos sectores culturais.

Para o parlamentar do PS, o cinema, o audiovisual e o multimédia têm características específicas que suscitam questões e respostas também específicas e diversas por parte dos poderes políticos, bem como dos criadores e agentes económicos.

«As respostas dos poderes políticos, muito particularmente no que concerne ao cinema e ao audiovisual, ter-se-ão de inserir num âmbito cada vez mais europeu», disse.

As três razões, apresentadas por Pereira Marques como óbvias, prendem-se com as relações modernas entre tecnologia e economia, com a salvaguarda das especificidades europeias e dos interesses face à hegemonia anglo-saxónica da produção mediática.

O deputado do GP/PS recordou que Jacques Delors, no seu «quase esquecido Livro Branco», chama a atenção para a importância do audiovisual e das suas virtualidades no que diz respeito à capacidade concorrencial da Europa no contexto da economia mundial, à modernização das sociedades e ao emprego.

«Trata-se, com efeito, de um sector estratégico, que deverá ser tratado como tal. Inclusive à nossa dimensão», afirmou.

Falando do cinema, e mais especificamente do português, Fernando Pereira Marques referiu a existência do que conside-

rou serem «problemas estruturais», elencando os factores de que advém: a pequena dimensão do nosso mercado, a preponderância do financiamento público – que «deve tender a ser complementado com outras vias de financiamento» –, as assimetrias do parque de exibição cinematográfica excessivamente concentrado nos grandes centros urbanos do litoral, a natureza concentracionária da distribuição e da exploração das salas de exibição e os apoios à produção, cujos meandros anda não foram bem clarificados.

Quanto ao pequeno ecrã, o parlamentar socialista defendeu que o aparecimento de operadores privados de TV criou novas situações que precisam de ser equacionadas e enfrentadas, nomeadamente no que concerne «à potenciação das virtualidades da televisão, no sentido do reforço da produção nacional».

Neste contexto Pereira Marques considerou necessário conciliar a eficácia económica com critérios «algo aleatórios e difíceis de definir» de qualidade artística e cultural.

«A integração do multimédia neste quadro traz novos desafios e muitas interrogações pela própria dificuldade de concretização dos contornos desse conceito e das suas especificidades culturais, tecnológicas e comerciais», referiu.

O deputado socialista garantiu que o decreto-lei n.º 15/99, inserido na política desenvolvida pelo Governo PS, pretende definir linhas de actuação em relação aos diversos problemas postos pelos sectores audiovisual e multimédia.

Reconhecendo que o diploma em questão não é perfeito, aliás como todos o e qualquer articulado legislativo que aborde matérias complexas, Fernando Pereira Marques manifestou a abertura de espírito da bancada socialista, em prol do interesse nacional, para considerar eventuais propostas de melhoramento que os demais partidos com assento parlamentar viessem a apresentar. **MARY RODRIGUES**

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Projecto de lei

## APROVADA REVISÃO DA CARREIRA DOS MILITARES DE ABRIL

O plenário da Assembleia da República aprovou, na passada quinta-feira, dia 22, o projecto de lei que prevê medidas tendentes à revisão da situação dos militares que participaram no 25 de Abril de 1974. O diploma, da autoria do PS e do PCP, passou com o voto favorável de todas as bancadas à excepção do PP, que se absteve.

Os deputados aprovaram ainda, desta vez por unanimidade, um texto apresentado pela Comissão de Saúde relativo ao apoio às vítimas de stress pós-traumático de guerra, bem como um outro apresentado pela Comissão de Educação, Ciência e Cultura que cria o Museu Nacional da Floresta.

DEPUTADO JOAQUIM SARMENTO

Cultura

## VALE DO DOURO A PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE



O deputado do PS Joaquim Sarmento disse no dia 7 de Abril, na Assembleia da República, que na defesa da identidade patrimonial e

cultural, entendida como um conjunto de actividades que caracterizam especificamente um determinado povo, se justifica a candidatura do Vale do Douro a património da Humanidade, reafirmando a sua total solidariedade como deputado e como duriente a tal candidatura.

Citando Eduardo Lourenço, grande pensador da esquerda portuguesa, que disse ser uma das suas principais referências ideológicas, o deputado Joaquim Lourenço afirmou ser necessário «resistir ao puro triunfo económico sob a forma de esplendor liberal» e nessa resistência, frisou, insere-se a defesa do nosso património e da nossa cultura, não no sentido civilizacional, mas no sentido mais restrito.

Como insistentemente se diz no estudo da Spidouro que a Fundação D. Afonso Henriques mandou elaborar, «o Alto Douro vinhateiro reúne condições para vir a ser considerado património cultural».

Conforme sublinhou, «vale a pena concertar esforços, envolvendo diversas instâncias, de natureza governamental, municipal, institucional e associativa, de forma a fazer vingar perante a UNESCO o excep-

cional valor paisagístico e cultural do Vale do Douro».

### Progresso e desenvolvimento

A ter êxito tal candidatura, frisou, «podemos solidificar e promover as rotas patrimoniais que sustentam tal paisagem cultural como elemento vital da promoção do turismo de qualidade, com todo o incremento de progresso e desenvolvimento que tal poderá implicar para uma região».

Segundo Joaquim Sarmento, «o eixo urbano que melhor complementa a paisagem cultural do Alto Douro entronca na rota patrimonial Lamego-Tarouca, com um conjunto de monumentos de muitíssimo valor».

O deputado do PS referiu depois os diversos monumentos desta rota que estão a ser objecto de preservação e restauro, por iniciativa do Governo e dos organismos do Ministério da Cultura, com a colaboração das respectivas autarquias.

Para Joaquim Sarmento, «preocupante» será que o «esplendor do caos», como lúcida e sabiamente Eduardo Lourenço caracteriza o nosso tempo, «nos despoje da nossa identidade e que a riqueza patrimonial e histórica do Douro seja apenas a sombra do passado e não a bússola da nossa autenticidade».

J. C. CASTELO BRANCO

## AGENDA PARLAMENTAR

### Quinta-feira, dia 29

Às 15 horas de hoje, a Assembleia da República reúne-se para discutir três projectos de lei. O primeiro diploma, da iniciativa do CDS/PP, prevê a pronúncia, acompanhamento e apreciação parlamentares sobre a participação de Portugal no processo de construção da União Europeia.

O segundo projecto de lei em análise será apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, visando a alteração do artigo 1906º do Código Civil que regula o exercício do poder paternal em caso de divórcio, separação judicial de pessoas e bem e em caso de declaração de nulidade ou anulação do casamento.

O PCP apresentará o terceiro e último diploma a ser estudado esta tarde pelos deputados. Trata-se do projecto de lei que garante aos jovens menores o livre exercício do direito de associação e simplifica o processo de constituição das associações juvenis.

As votações regimentais realizam-se, como habitualmente, por volta das 18 horas.

### Terça-feira, dia 4

Para o início da próxima semana parlamentar estão agendadas as discussões em torno do projecto de lei que altera o decreto n.º 14355 (PCP), do diploma socialista que aprova o novo regime sancionatório das touradas com touros de morte e o projecto «popular» de introduzir alterações na lei de protecção dos animais.

Segue-se, no hemiciclo de São Bento, o debate sobre a Lei de Bases da Caça (proposta governamental) e as modificações ao Estatuto dos Eleitos Locais (diploma do GP/PS).

### Quarta-feira, dia 5

O Parlamento analisará, na próxima semana, em reunião plenária, três propostas de lei governamentais.

A primeira regula a utilização de meios técnicos de controlo à distância para fiscalização do cumprimento da obrigação de permanência na habitação prevista no artigo 201º do Código de Processo Penal.

O segundo diploma do Executivo socialista visa a alteração do decreto-lei que aprovou o Regime Jurídico de Protecção às Vítimas de Crimes Violentos.

Por último, a terceira proposta de lei autoriza o Governo a rever o Código de Processo do Trabalho.



25 DE ABRIL EM MACAU Manuel Alegre

## DESENVERGONHAR A VITÓRIA ABRILISTA

O vice-presidente da Assembleia da República e resistente antifascista, Manuel Alegre, reafirmou, em Macau, no dia do 25º aniversário da Revolução dos Cravos que «o 25 de Abril português tem de deixar de ser uma revolução envergonhada da sua própria vitória».

«É tempo de os abrilistas responderem sem complexos aos revisionistas da História e aos detractores de Abril», defendeu Manuel Alegre, que foi orador convidado numa sessão solene comemorativa no Leal Senado macaense.

Para o representante de Portugal nas comemorações do 25 de Abril em Macau, «é sobretudo tempo de a democracia portuguesa cumprir uma das suas principais obrigações, que é a de assumir com clareza a sua matriz fundadora, fazer a pedagogia dos seus valores e honrar aqueles que restituíram a liberdade ao Povo Português».

«Talvez uma parte de Abril tenha ficado inacabada. Mas há que desconfiar das revoluções acabadas, porque uma revolução acabada é quase sempre uma revolução degradada ou degenerada no seu contrário», disse o poeta e camarada Manuel Alegre, que considerou o golpe de Abril contra o antigo regime uma «revolução vitoriosa», porque foram cumpridos os «três D» do seu programa - foi feita a Descolonização, institucionalizada a Democracia e promovido o Desenvolvimento.

Manuel Alegre considerou ainda o 25 de Abril a «revolução das três originalidades» por ter sido «feito por militares que derrubaram um regime e não ficaram com o poder para si», porque «pela primeira vez uma situação revolucionária não se resolveu pela instauração de uma nova ditadura» e porque «o 25 de Abril foi feito com armas, mas



o seu símbolo é uma flor».

Referindo o significado da comemoração do 25 de Abril em Macau no último ano de administração portuguesa do território, Alegre salientou que representa um «afirmar dos valores da tolerância» e respeito pelos direitos fundamentais «que fazem também parte do legado de Portugal».

«Mais do que as obras materiais, o que gostaríamos que permanecesse (em Macau depois da transferência de poderes) é uma certa herança espiritual, um pouco da nossa língua, um pouco da nossa maneira de ser, um pouco do nosso coração», disse.

Na sua intervenção, Manuel Alegre manifestou o desejo português de «deixar em Macau a herança do 25 de Abril, a herança da liberdade, que implica sempre a liberdade de pensar de maneira diferente».

Manuel Alegre deixou ainda uma mensagem para Timor-Leste, afirmando que «comemorar o 25 de Abril é não esquecer Timor. Não só para que os direitos humanos sejam respeitados, mas para que cesse a ambiguidade, para que a Organização das Nações Unidas cumpra o seu papel e para que o povo de Timor possa fazer ouvir a sua voz, exercendo o direito à autodeterminação, através de um sufrágio livre e justo».

«Neste 25º aniversário da nossa liberdade, é a hora de o 25 de Abril chegar finalmente a Timor. A hora da liberdade e da independência para o heróico e martirizado povo de Timor-Leste», afirmou Alegre convicto. Destaque-se que, no âmbito das comemorações em Macau, o Leal Senado deu o nome «25 de Abril» a uma rua e praça localizadas na zona dos lagos Nam Van, no centro da cidade.

DEPUTADO FRANCISCO CAMILO Alentejo

## DISTRITO DE PORTALEGRE EM MUDANÇA



Depois de uma década no esquecimento e vítima do ostracismo, a população do distrito de Portalegre viu, em três anos de governação socialista, acontecerem, finalmente, as mudanças.

Testemunha das profundas alterações e do desenvolvimento que se tem verificado nesta região alentejana é o deputado do GP/PS Francisco Camilo que, na reunião plenária do Parlamento, realizada no passado dia 22, não quis deixar de saudar a política para o interior do País do Executivo chefiado por António Guterres.

«O Governo do Partido Socialista só em infra-estruturas e programas criou condições para um investimento na ordem dos 50 milhões de contos», referiu, acrescentando que as reivindicações dos habitantes do distrito de Portalegre que se arrastaram durante décadas se encontram actualmente concretizadas ou em vias de o serem.

A título de exemplo, Francisco Camilo referiu quatro grandes projectos em marcha, nomeadamente a Barragem do Abrilongo, em Campo Maior; a revitalização da Coudelaria de Alter do Chão; a criação da primeira Escola de Hotelaria e Turismo no interior do País e o gás natural.

«O nosso primeiro-ministro, como homem do interior que é, cumpriu a sua promessa», frisou o parlamentar do PS, garantindo que hoje há razões para se ter mais esperança no futuro.

E, para evidenciar que o slogan socialista «as pessoas estão primeiro» também se aplicou ao distrito de Portalegre, Francis-

co Camilo passou a enumerar algumas das diferenças «notórias» em várias áreas. «Até agora mais de duas mil famílias usufruem do rendimento mínimo garantido, enquanto 14 projectos de luta contra a exclusão social são hoje uma realidade que envolve perto de um milhão de contos, afirmou, referindo-se à área da solidariedade. A melhoria em termos de segurança – uma forte aposta do Executivo do PS e concretamente do ministro da Administração Interna, Jorge Coelho, é também, segundo o deputado socialista, «uma realidade bem visível». Para prová-lo estão três novos quartéis de bombeiros; quatro novos quartéis da GNR; mais 55 novas viaturas para as forças de segurança; o aumento dos efectivos da PSP e GNR e o Programa Escola Segura.

Francisco Camilo não deixou de realçar o papel «preponderante» do governador civil do distrito de Portalegre, pela «boa ordenação de todos os serviços», bem como o «fundamental» desempenho dos autarcas, que viabilizaram a concretização de muitos objectivos de melhoria de vida para as populações.

Convicto de que o distrito de Portalegre «está de facto diferente», o deputado socialista sublinhou que «mesmo no capítulo da saúde, onde existem problemas, alguns de difícil resolução, especialmente a carência de meios humanos, é possível afirmar que muitas coisas foram feitas».

Francisco Camilo não deixou de reconhecer que ainda há muitos problemas no distrito que subsistem, mas reitera, categoricamente: «O Alentejo, o interior, Portalegre estão a mudar graças ao Governo socialista.»

MARY RODRIGUES

DEPUTADO RICARDO CASTANHEIRA Requerimento

## VÍDEOS SOBRE O 25 DE ABRIL PARA AS ESCOLAS



Oportuna e notável sobre vários aspectos a iniciativa do deputado socialista Ricardo Castanheira de apresentar um requerimento sobre a promoção de vídeos sobre o 25 de Abril produzidos pela RTP.

No requerimento apresentado na Assembleia da República no dia 23 o deputado socialista realça a «importância dos factos historicamente narrados» no conjunto notável de vídeos sobre o 25 de Abril de 74 produzidos pela RTP para «o conhecimento efectivo do nosso passado colectivo e para a afirmação plena dos valores da liberdade e da democracia», bem como «a relevância que esses documentários podem adquirir enquanto

instrumentos pedagógicos na formação da consciência política, histórica e social das jovens gerações».

Neste contexto, Ricardo Castanheira solicita ao Ministério da Educação, ao Ministério da Cultura e ao conselho de administração da RTP informações sobre se existe disponibilidade destas entidades, para considerarem oportuno e viável dotar, na sequência de acordos prévios, as escolas portuguesas, assim como as bibliotecas/imagotecas públicas de conjuntos desta relevante série sobre o 25 de Abril, em número suficiente, de forma a consciencializar os jovens em idade escolar e os cidadãos em geral da dimensão política e social do momento histórico que agora se celebra o 25º aniversário.

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO JOSÉ JUNQUEIRO

TAP

## A BANDEIRA LARANJA DA AGITAÇÃO LABORAL



O deputado socialista José Junqueiro denunciou, no dia 21, na Assembleia da República, a participação laranja na actual crise da

Transportadora Aérea Portuguesa (TAP). «Parece poder concluir-se pelo envolvimento do PSD, isto é, de um alto dirigente do PSD, no clima de instabilidade a que, infelizmente nos habituou, subcrevendo climas de agitação laboral, de viabilidade de empresas e até subcrevendo reivindicações de salários para pilotos que os aumentam 100 por cento, que lhes atribuem vencimentos de dezenas de milhares de contos por ano, mesmo que para isso acabe a TAP e mais de 16 mil postos de trabalho, directos e indirectos», afirmou. Convicto de que «os portugueses saberão responder com clareza a tanta irresponsabilidade», José Junqueiro lembrou o efeito positivo que, no ano passado, resultou das medidas implementadas pelo Governo socialista no caso da TAP. «O ciclo de prejuízos sucessivos foi interrompido por um lucro superior a 1,6 milhões de contos», referiu o parlamentar do PS, frisando de seguida o prestígio que a companhia aérea recuperou e que lhe valeu como vantagem no processo de busca de um parceiro estratégico, a Swissair. «No entanto, os pilotos da TAP, desde 1997, vêm desenvolvendo um processo reivindicativo cujos objectivos ultrapassam as reais possibilidades da empresa e, ape-



sar de constituírem apenas 5 por cento dos trabalhadores, põem em causa os cerca de oito mil postos de trabalho directos e outros tantos indirectos», disse. Na opinião do deputado do GP/PS, existe, em torno da TAP, um «um clima de deliberada instabilidade» gerada pelos profissionais da aviação civil no processo de parceria com a transportadora suíça, considerando a postura assumida pelos pilotos como sendo «de enorme irresponsabilidade e até de afronta para os trabalhadores em geral e os da TAP em particular».

Para José Junqueiro, esta situação, longe de gerar condições laborais adequadas, implica uma perda de competitividade para a empresa e inclusive a falência, o que, por sua vez, acarretará a perda dos empregos pelos próprios pilotos e por outros trabalhadores da TAP. É que, segundo o parlamentar socialista, «os pilotos querem ganhar mais e trabalhar menos. E como vão voar menos, para manter os compromissos, da empresa será necessário contratar mais pilotos, facto que implicará um acréscimo de custos, segundo o relatório da Finantia, superiores a mais

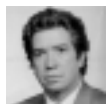
de 12 milhões de contos». «Contas feitas, os pilotos, através da CA (Comissão Arbitral) fazem crescer os encargos da TAP em mais de 26 milhões de contos, isto numa companhia que o ano passado deu lucros pela primeira vez e que se consubstanciaram apenas em 1,6 milhões de contos», considerou. Refira-se que os estudos da McKinsey & Company situam os salários dos pilotos portugueses 30 por cento acima da média europeia, sendo que o novo Acordo de Empresas (AE) eleva-os até ao topo da tabela, ou seja, até aos 250 por cento acima da média europeia. Desmentindo o deputado laranja Ferreira do Amaral, que garantiu que enquanto ministro das Obras Públicas do cavaquismo jamais enviou para uma Comissão Arbitral nenhum caso semelhante ao TAP, José Junqueiro esclarece que o procedimento não foi nem é ilegal, «porque a CA está consubstanciada em lei desde 1979». Ferreira do Amaral não pode, na opinião do deputado socialista, dizer que nunca fez, nem que deixou a TAP em boas condições, nem pode dar razão aos pilotos contra os outros trabalhadores da empresa. «O que Ferreira do Amaral não pode é fazer de uma questão de Estado uma arma rídícula de luta político-partidária, sobretudo quando diz, em consciência, uma inverdade como é a de que é ao Governo que compete negociar o AE», concluiu.

MARY RODRIGUES

DEPUTADO ARTUR PENEDOS

Sanções laborais

## PELO FIM DA «ECONOMIA DE VERGONHA»



O regime de contra-ordenações laborais em vigor já tem 19 anos e está, no entender do deputado socialista Artur Penedos, «absolutamente

desactualizado», tornando-se num «instrumento ineficiente e até caduco». Artur Penedos falava, na passada quinta-feira, dia 22, na sessão plenária da Assembleia da República, onde foram analisadas quatro propostas de lei governamentais que pretendem alterar o quadro jurídico laboral nacional constante do decreto-lei n.º 491/85. Rever regime das contra-ordenações laborais constitui, para o parlamentar do PS, um «imperativo de consciência», uma vez que «conviver com a actual situação significaria manter e alimentar o clima de impunidade em que se sentem aqueles que, violando permanentemente as regras estabelecidas, vêm reverter a seu favor as violações que praticam». Assim, o Executivo socialista produziu quatro diplomas que traduzem uma reforma

global no sector laboral, visando colocar um ponto final à impunidade de que alguns desfrutavam e procurando transmitir aos cidadãos portugueses a convicção de que as leis se aplicam de igual forma a trabalhadores e empregadores.

«O regime que o Governo pretende alterar, como é sabido, comporta quatro deficiências fundamentais, que urge superar, uma vez que aquele configura um modelo disperso, inadequado, lacunoso e desactualizado», reiterou Artur Penedos, acrescentando de seguida que as quatro propostas governamentais em apreciação «respondem cabalmente, no espírito e na letra, aos objectivos contidos no texto que resulta do Acordo de Concertação Estratégica». «Trata-se de, com um novo regime de sanções laborais, tornar efectivamente dissuasor um sistema contra-ordenacional dirigido objectivamente contra as práticas laborais ilegais, contra o desrespeito dos direitos dos trabalhadores e ainda contra os falsos empresários que teimam em alimentar uma economia de vergonha que,

é sabido, se baseia no trabalho clandestino, no trabalho suplementar não remunerado e no desacato das mais elementares normas de segurança, higiene e saúde no Trabalho», explicou.

Neste contexto e tendo em vista a erradicação de práticas lesivas dos interesses dos trabalhadores e da economia do País, o Governo propõe a adopção de um novo regime, estruturado com base na gravidade das infracções, no grau de culpa do infractor e na dimensão das empresas. Assim, os diplomas prevêm a alteração de um vasto conjunto de diplomas de direito laboral, classificando e tipificando as respectivas contra-ordenações (leves, graves e muito graves, ao que corresponde negligência ou dolo por parte do infractor), a introdução de mecanismos de actualização periódica (de três em três anos) e automática do valor das sanções com base na percentagem do índice de preços no consumidor e a penalização do incumprimento reiterado da legislação. Frisando que as inovações introduzidas no sistema, através das propostas de lei go-

vernamentais em causa, têm por objectivo, ainda, a regulamentação dos sujeitos responsáveis pela infracção, o deputado do GP/PS lembrou que ficará estabelecida a «responsabilidade solidária do empresário por violação de normas fundamentais de segurança, higiene e saúde no trabalho; pela não observância, por parte do subcontratante, quando este executa subempreitadas e pelo pagamento de coimas de administradores, gerentes ou directores em determinadas situações. «Como forma de dissuadir comportamentos condenáveis, prevê-se a organização de um registo individual de âmbito nacional dos sujeitos responsáveis pelas infracções laborais», adiantou. Ao terminar a sua intervenção, Artur Penedos considerou que com a aprovação das quatro propostas de lei «concretiza-se mais um compromisso deste Governo, modernizando-se e adequando-se à realidade actual o regime de sanções laborais, respondendo de forma adequada a uma justa e legítima aspiração dos trabalhadores portugueses».

MARY RODRIGUES

DEPUTADO FRANCISCO ASSIS

25 anos do 25 de Abril

## CUMPRIR ABRIL É UMA TAREFA SEMPRE INACABADA



«Durante 48 anos vigou em Portugal um regime que cultivava uma visão anacrónica do País, que nos projectava fora do tempo», afirmou o líder do Grupo Parlamentar do PS, Francisco Assis.

«Era o tempo do medo, da censura, da tortura, da polícia política, dos tribunais plenários, do exílio, da opressão, da denegação dos direitos cívicos e políticos, da injustiça e da intolerância», acrescentou.

Francisco Assis, que falava durante a sessão solene comemorativa dos 265 anos do 25 de Abril realizada no Parlamento, começou por saudar na sua intervenção os resistentes antifascistas que ao longo desses «opacos e sombrios 48 anos de autoritarismo político» lutaram pela deposição de «um regime que coarctava os direitos cívicos e políticos, esmagava a liberdade e oprimia ferozmente os portugueses». Depois de uma breve caracterização do regime fascista, Francisco Assis saudou os capitães de Abril que «restituíram a liberdade ao povo português» e em especial Salgueiro Maia.

«Portugal mudou muito nestes 25 anos. Da ditadura passou-se a uma democracia representativa devidamente solidificada que tem funcionado de forma admirável», disse.

Francisco Assis pôs em relevo o papel de

sempenhado pelo PS, partido de militantes e de projecto, para que o País alcançasse a presente situação.

«Antes de 74 na resistência, depois do 25 de Abril na luta pela instauração de uma democracia parlamentar e na busca de equilíbrios que evitassem a exclusão de qualquer sector político do debate nacional, o PS revelou-se um partido fundamental em ordem à consolidação do regime democrático nascente», sublinhou.

Em todo este processo e de entre todos os socialistas, Francisco Assis destacou o camarada Mário Soares, salientando a importância do primeiro secretário-geral do PS para a «consolidação da democracia portuguesa».

Vinte e cinco anos depois de Abril, Francisco Assis disse haver razões para enfrentarmos o futuro com «optimismo», mas, frisou, «não devemos nunca perder a lucidez crítica».

«A democracia é sempre um regime frágil que carece de ser permanentemente realimentado», salientou.

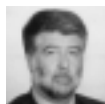
«Somos, e ousa falar em nome desta nova geração de portugueses, filhos da liberdade e da democracia. Na pluralidade que nos estrutura, transportámos connosco a esperança e a confiança no futuro de Portugal. E jamais perderemos de vista que cumprir Abril é uma tarefa sempre inacabada, como realizar Portugal é o nosso desafio de todos os instantes», disse no final da sua intervenção.

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO RUI NAMORADO

Congresso das Cooperativas

## PELO REFORÇO DO SECTOR COOPERATIVO CONTRA O ENDEUSAMENTO DO MERCADO



O deputado socialista Rui Namorado sublinhou no dia 22, no Parlamento, que apoiar o movimento cooperativo «é percorrer caminhos

que se têm vindo a revelar consensuais nesta Assembleia, mas é principalmente dar um contributo muito importante para o desenvolvimento do nosso país e para a melhoria da qualidade da nossa democracia».

Na sua intervenção, Rui Namorado salientou a importância do Congresso das Cooperativas Portuguesas realizado nos dias 16 e 17 de Abril, fazendo um balanço sintético do que de mais relevante aí ocorreu e tentando dar uma ideia do que poderá ser a sua projecção futura.

Movimento cooperativo que, recorde-se, foi alvo de uma tentativa paulatina de destruição durante o consulado cavaquista, onde os valores principais eram o individualismo e o egoísmo com o consequente endeusamento do mercado. Para Rui Namorado, tratou-se de um Congresso importante que, «sem ter precisado de o afirmar, comemorou de uma maneira perfeita os 25 anos da nossa II República, os 25 anos do 25 de Abril».

Rui Namorado, um socialista que se tem destacado como defensor intransigente do sector cooperativo, no quadro de uma

economia social de mercado, elogiou o discurso proferido pelo primeiro-ministro, António Guterres, no Congresso, uma vez que, frisou, «exprimiui, formal e oficialmente, apreço pelo movimento cooperativo, tendo evidenciado claramente uma firme vontade política de persistir na aposta no desenvolvimento cooperativo, tendo mostrado confiança no futuro das cooperativas e pleno respeito pela sua autonomia e pelo seu protagonismo».

### Governo apostado em apoiar cooperativas

Especialmente significativa foi, segundo Rui Namorado, a afirmação do primeiro-ministro de que «não abdicaria, por mais vezes que se erguessem contra isso, de incentivar as cooperativas como elas merecem, apoiando-as sem hesitação».

Entre as decisões e as reivindicações mais relevantes do Congresso, o deputado do PS destacou, entre outras, a criação de um fórum cooperativo, a reivindicação, mais que justa, de as cooperativas virem a participar na Comissão Permanente do Conselho de Concertação Social, e a reivindicação do reconhecimento de um especial protagonismo das cooperativas no desenvolvimento local, e muito especialmente no desenvolvimento rural.

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO ANTÓNIO REIS

Militares de Abril

## REPARAÇÃO DE INJUSTIÇAS PARA PÔR COBRO A ESCANDALOSA ANOMALIA

*Esta é a madrugada que eu esperava  
O dia inicial inteiro e limpo  
Onde emergimos da noite e do silêncio  
E livres habitamos a substância do tempo*  
**Sophia de Mello Breyner Andersen**



O deputado socialista António Reis afirmou no Parlamento que o projecto de lei que visa a revisão da situação de militares que participaram na transição para a democracia iniciada em 25 de Abril de 1974 é, sobretudo, «um acto de justiça, e não a concessão de qualquer espécie de privilégios ou honrarias, que violariam o princípio da igualdade de direitos e deveres tão caro aos revolucionários de Abril».

Um acto de justiça, porque, salientou, «todos sabemos que esses militares se viram prejudicados nas suas carreiras em consequência do seu empenhamento ac-



tivo e generoso na Revolução, num período em que as difíceis circunstâncias que rodeavam a sociedade portuguesa impunham a sua presença à frente dos órgãos do Estado».

«Num momento em que nos aprestamos para comemorar o 25º aniversário da Revolução libertadora do 25 de Abril, mal ficáramos com as nossa consciências de democratas se continuássemos a pactuar com a subsistência de situações de gritante injustiça, que vieram afectar a situação de significativo número de militares, todos eles participantes activos quer no derrube do regime ditatorial quer no processo então iniciado de transição para a democracia», afirmou António Reis.

Na sua intervenção, o deputado socialista pôs em relevo a acção dos militares nos difíceis, conturbados e complexos tempos que se seguiram à revolução libertadora.

Militares que, frisou, «tiveram a coragem

de dar a cara, em vez de se refugiarem num prudente e, porventura, em certos casos, calculista distanciamento da ribalta dos acontecimentos políticos».

A postura dos principais militares do 25 de Abril, recusando as propostas de Spínola e Costa Gomes para que fossem promovidos, foi alvo de elogios de António Reis, que considerou «inaceitável que um número significativo de militares do 25 de Abril tenha sido tratado por alguma hierarquia do período pós-revolucionário como se tivessem participado num acto subversivo». «Até mesmo Salgueiro Maia, em quem o País reconhece o herói-modelo do 25 de Abril, se viu seriamente prejudicado na normal ascensão na sua carreira pelo seu papel, aliás, exemplar, no 25 de Abril e em todo o processo subsequente», recordou. «É tempo, pois, de pormos cobro a esta absurda e escandalosa anomalia que só nos envergonha perante a história», disse.

J. C. CASTELO BRANCO

NATO

Cimeira

## DEFESA ESTRATÉGICA DOMINOU TRABALHOS

**U**m novo conceito de defesa estratégica dominou os trabalhos da cimeira da NATO realizada em Washington.

No segundo dia da cimeira da NATO, dia 24 de Abril, enquanto os governantes dos países-membros discutiam em Washington um novo conceito estratégico para os 19, a aviação aliada continuava a bombardear o Kosovo.

No edifício Ronald Reagan da capital norte-americana, a primeira jornada de trabalhos no âmbito do 50º aniversário da organização ficou marcada por uma agenda unicamente consagrada ao problema da província sérvia e aos meios para fazer ceder o Presidente Slobodan Milosevic.

Os representantes dos 19 da NATO reafirmaram o imperativo de intensificar a campanha aérea na região balcânica, tanto tempo quanto necessário, mas evitaram falar do calendário para o anunciado ataque terrestre: acertaram táticas, mas não mexeram no pano de fundo.

Os Estados Unidos decidiram reforçar a sua presença em terras albanesas, não só com os helicópteros «Apache AH 64», mas também com blindados e artilharia, sem esquecer os 5 350 soldados de apoio aos aparelhos antitanque.

### Embargo petrolífero

Decidiram igualmente impor um embargo petrolífero à República Federativa da Jugoslávia e vão analisar a possibilidade cumulativa de avançar para um bloqueio marítimo, com incidência nos portos do



Montenegro.

A Rússia, contudo, através do seu chefe da diplomacia, Igor Ivanov, garantiu que Moscovo continuará a fornecer crude a Belgrado, enquanto o emissário para a Jugoslávia, Viktor Tchernomyrdine, se pronunciou contra um bloqueio.

Membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, parceiro privilegiado da Jugoslávia e país chamado a ter responsabilidades acrescidas na crise balcânica, a Rússia esteve no foco dos dignitários reunidos em Washington, afinal como a Ucrânia,

que em cimeira com a NATO juntou à mesa o seu Presidente e Javier Solana.

Neste cenário, o embaixador jugoslavo em Moscovo, Borislav Milosevic, irmão do ditador, afirmou ser aceitável um contingente internacional no Kosovo, mas sem efectivos dos países agressores, desde que a NATO cesse imediatamente os bombardeamentos. Face a esta posição, a NATO - que em Washington vincou o imperativo do «combate ao terrorismo» e à «proliferação de armas de destruição massiva» - considerou Belgrado longe de poder ter a veledade de ditar regras e instou Slobodan Milosevic a capitular incondicionalmente.

De resto, a Albânia já se prontificou a ser porta de entrada dos aliados no Kosovo, invocando a sua condição de membro do da iniciativa do Partenariado pela Paz.

Em Washington, o novo conceito estratégico aliado sobre a mesa das negociações incidiu no segundo dia de trabalhos na Segurança e Identidade Europeia de Defesa (IDE), que permite às nações do Velho Continente conduzirem operações com o aval da NATO, mas sem participação dos Estados Unidos.

Está assente sobre os princípios do respeito pela Carta das Nações Unidas, autoridade do Conselho de Segurança e responsabilidade primordial deste colégio.

O excessivo peso da União Europeia e, sobretudo, da França, no quadro da zona euro-atlântica e da gestão de crises, suscitou a oposição da Turquia, que não se quer ver secundarizada, ou até excluída - por não pertencer à UE, nem à União da Europa Ocidental (UEO), instâncias em vias de fusão.

Apostada em afastar o epíteto de «policia universal», a Aliança Atlântica tem em confronto a tese gaulesa, que considera excepção operações como a «Força Aliada», empreendida sem mandato das Nações Unidas, e os Estados Unidos, para quem este

seria o exemplo da ruptura com aquela organização.

Neste braço-de-ferro, foi passado em revista o programa de adesão dos candidatos à Aliança Atlântica - Albânia, Macedónia, Bulgária, Roménia, Eslovénia, Eslováquia, Estónia, Letónia e Lituânia.

Os 19 aprovaram a necessidade de valorizar o diálogo com os países da bacia mediterrânica - Marrocos, Mauritânia, Tunísia, Egipto, Israel e Jordânia -, na linha definida pelo flanco Sul da organização.

### Sem-abrigo afastados da cidade

Entretanto, numerosos sem-abrigo e doentes mentais foram detidos em Washington nas últimas semanas, segundo assistentes sociais, que suspeitam que as autoridades estão a utilizar a prisão da cidade para esconder os «indesejáveis» durante a cimeira da NATO.

Andrea Weisman, directora dos serviços psiquiátricos da prisão do Distrito de Colúmbia, afirma numa recente edição do «Washington Post» que o número de sem-abrigo e de doentes mentais encarcerados quase duplicou na semana passada.

«Eu não tenho dúvida alguma, (este facto) deve-se às chegadas ligadas à cimeira da NATO», afirma Weisman, que refere um afluxo de pessoas detidas por delitos menores, distúrbios públicos, por urinarem na via pública, ou dormirem debaixo de viaturas. A polícia desmentiu que estas detenções tenham como objectivo afastar os vagabundos do centro de Washington, onde decorreu a cimeira do 50º aniversário da NATO que reúne dirigentes de 42 países.

Segundo o «Washington Post», psiquiatras dos serviços municipais percorreram as ruas do centro da cidade noite, avisando os sem-abrigo que iriam pedir-lhes para abandonar o local.

CONSELHO FEDERAL

Movimento Europeu

## MÁRIO SOARES ENCONTRA-SE COM PRODI

**M**ário Soares e Virgilio Dastoli, respectivamente, presidente e secretário-geral do Movimento Europeu, apresentaram na semana passada ao presidente indigitado da Comissão Europeia, Romano Prodi, a estratégia decidida pelo Conselho Federal do Movimento Europeu com vista ao relançamento da integração europeia graças a um pacto constitucional, um novo método para a reforma institucional e a adopção de um calendário para a realização da reforma.

O encontro pôs em destaque a convergência de opiniões sobre a necessidade de uma aliança forte entre a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu.

Mário Soares e Dastoli insistiram na necessidade da Comissão, aquando da próxima revisão dos tratados, assumir plena-



mente o seu papel de iniciativa.

Durante o encontro foi também abordada a possibilidade de Romano Prodi participar numa reunião do Movimento Europeu prevista para finais de Junho, em Florença.

25 DE ABRIL

25 anos

## POVO DE ESQUERDA DESFILA POR ABRIL



**C**apitães de Abril, personalidades de esquerda, e muita juventude foram alguns dos muitos milhares de cidadãos que participaram no dia 25 na manifestação na manifestação comemorativa do 25 de Abril de 1974, que decorreu entre as praças do Marquês de Pombal e do Comércio. Com as palavras de ordem tradicionais «25 de Abril fascismo nunca mais», apareceram também na primeira linha da manifestação, entre outros, os capitães de Abril Vasco Lourenço e Vítor Alves, ministro

João Cravinho, o secretário-geral da UGT, João Preença, o líder da CGTIP-IN, Carvalho da Silva, o secretário-geral da Juventude Socialista, Sérgio Sousa Pinto, o vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS e resistente antifascista, António Reis, e o capitão de Abril e deputado socialista Marques Júnior. O tenente-coronel Vasco Lourenço congratulou-se com a forma como decorreram as manifestações dos 25 anos da revolução de Abril de 1974, na sua perspectiva, «de forma bastante participada».

25 DE ABRIL

25 anos

## SAMPAIO SALIENTA PAPEL DE MELO ANTUNES

**O** Presidente da República, Jorge Sampaio, visitou no dia 25 o coronel Melo Antunes, numa homenagem ao papel «muito significativo» que teve no movimento dos capitães e do 25 de Abril. Jorge Sampaio, que se escusou a alongar-se sobre o papel de Melo Antunes na revolução de Abril alegando ser impedido de o fazer devido à sobriedade e modéstia do militar, sublinhou, no entanto, a sua «clarividência e capacidade intelectual». Melo Antunes, que pertenceu à comissão coordenadora do MFA (Movimento das Forças Armadas) de cujo programa foi redactor, foi ministro dos negócios estrangeiros nos governos provisórios e princi-

pal impulsor do documento do Grupo dos Nove durante o Verão Quente de 1975, fazendo actualmente parte do Conselho de Estado. Sampaio recordou como «muito gratificante» a experiência que teve como secretário de Estado de Melo Antunes, o que lhe permitiu participar na descolonização de Moçambique e Angola, salientando como conquistas importantes que perduraram o relacionamento «adulto» e «descomplexado» com as ex-colónias. Lamentou, no entanto, a falta de estabilidade naqueles países. Sampaio mostrou-se ainda satisfeito com a participação popular nas comemorações dos 25 anos da revolução.

A forma como foi celebrada esta efeméride, acrescentou, «correspondeu a tudo aquilo que nós queríamos».

### Memorial da resistência no Porto

Entretanto, no Porto, tal como praticamente em todo o País desde a cidade mais cosmopolita até à aldeia mais recôndita, o 25 de Abril foi objecto de milhares de come-

morações.

Na Cidade Invicta, a celebração das bodas de prata do 25 de Abril vai dar origem a um monumento alusivo à resistência antifascista, da autoria do escultor José Rodrigues.

O anúncio foi feito perante a multidão que se concentrou junto ao edifício da antiga polícia política do Estado Novo, a tenebrosa PIDE (onde hoje está o Museu Militar).

25 DE ABRIL

Dixit

«O Estado de Direito carece de aperfeiçoamento permanente para melhor garantir a igualdade de oportunidades»

**Jorge Sampaio**

*Assembleia da República, 25 de Abril*

«Se não tivesse havido o 25 de Abril, presumo que presos, exilados e deportados políticos, a estarem vivos, apodreceriam ainda nos seus postos naturais»

**Nuno Brederode Santos**

*Expresso, 24 de Abril*

«Se não tivesse havido o 25 de Abril, a nossa direita ter-se-ia mantido colaboracionista ou conformista, porque só assim poderia partilhar do magro bolo a distribuir»

**Idem, ibidem**

«Se não tivesse havido o 25 de Abril, nos arêpagos internacionais, a nossa diplomacia viveria já apenas da vocação sacerdotal, do martirólogo do isolamento e do ostracismo»

**Idem, ibidem**

«Temos agora, é verdade, descontentes à farta com o 25 de Abril. Os descontentes com o preço do bife e que antes nem chouriço comiam; os descontentes com o preço das casas e que viviam em quartos; os descontentes com o preço dos automóveis e que andavam a pé; os descontentes com as pensões baixas, que nem reformas tinham; os descontentes com as leis laborais, que eram despedidos por não sorrírem ao patrão»

**Alexandre Pais**

*Tal & Qual, 23 de Abril*

«O "povo descontente" de Jaime Neves não é o mais infeliz – é o que quer ter a barriga mais cheia»

**Idem, ibidem**

«O espírito da revolução dos cravos invadiu-me completamente. Portugal foi um fabuloso fórum de discussão de todas as utopias»

**Jack Lang**

*Expresso, 24 de Abril*

«Há um quarto de século, numa Europa em paz, o movimento de jovens militares que num velho e sossegado país ibérico pôs termo a quatro décadas de um regime antidemocrático, surpreendeu e encantou»

**Eduardo Lourenço**

*Visão, 22 de Abril*

«O dilema era: ou instauração da democracia em Portugal, ou continuação de uma guerra absurda e impopular, com desastre final anunciado»

**Idem, ibidem**

«Os jovens capitães organizaram e levaram à cabo a queda de uma ditadura tão estruturada como a nossa, sem reclamar para si o poder político, como talvez a opinião pública esperasse»

**Idem, ibidem**

«As ditaduras, sejam de direita ou de esquerda, quando se consolidam e adquirem experiência têm uma enorme capacidade de adormecer as pessoas»

**Nuno Teotónio Pereira**

*Expresso, 24 de Abril*

«Poderia não ter havido o 25 de Abril, mas haveria um outro dia em que os militares diriam basta»

**Diana Andringa**

*Expresso, 24 de Abril*

«A ditadura não se teria aguentado por muito mais tempo. Cairia de podre, mas com violência, porque as ditaduras acabam sempre dessa forma»

**Fernando Valle**

*Expresso, 24 de Abril*

«Continuar Abril é persistir em mudar»

**Almeida Santos**

*Assembleia da República, 25 de Abril*

«Eu estava na tribuna de um imenso comício do PS e lembro-me de que nós, os socialistas estrangeiros, tivemos medo, porque não conseguíamos medir bem a relação de forças entre os democratas de esquerda e os comunistas»

**Michel Rocard**

*Expresso, 24 de Abril*

## DESCONGELADAS VAGAS PARA JOVENS CIENTISTAS

**O**s jovens portugueses que decidiram ser cientistas têm garantidas novas oportunidades de emprego com a publicação, no «Diário da República», no passado dia 20, da lei que descongela as vagas nas instituições do Estado para a carreira de investigação. Segundo a legislação (aprovada em Conselho de Ministros no final de 1998), enquadradora das actividades de investigação científica, torna-se obrigatória a filosofia do concurso externo para o preenchimento de vagas.

Os diplomas em causa são o decreto-lei n. 123/99, que aprova o estatuto do bolseiro de investigação científica, o decreto-lei n. 124/99, que aprova o Estatuto da Carreira de Investigação Científica e o decreto-lei n. 125/99, que estabelece o quadro normativo aplicável às instituições que se dedicam à investigação científica e desenvolvimento tecnológico.

Cobrindo todo um leque de problemáticas que vão dos recursos humanos às relações institucionais entre os centros de investigação científica e o Estado, esta reforma legislativa é o corolário de um vasto e complexo processo de diagnóstico iniciado pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT) em 1996.

O diploma que define o Estatuto da Carreira de Investigação Científica visa reforçar as instituições científicas e valorizar e dignificar a actividade de investigação científica, adaptando-a aos desafios da modernidade.

Garante os direitos adquiridos pelos inves-



tigadores em exercício, adoptando um regime transitório que salvaguarda todas as situações existentes e permite a valorização dos actuais profissionais, em regime de equidade, com os futuros investigadores.

Com a entrada em vigor deste diploma, instituições como os Laboratórios do Estado, nos quais a avaliação conduzida pelo MCT detectou graves carências ao nível dos recursos humanos - e que estavam a afectar a sua capacidade de resposta às missões que lhe estavam atribuídas no domínio da investigação científica e tecnológica de interesse público - poderão aumentar e rejuvenescer os seus quadros e dinamizar a sua actividade.

O decreto-lei exige o grau de

doutoramento para ingresso na carreira, tornando-se excepcionais as categorias de «estagiário de investigação» e de «assistente de investigação».

O diploma adopta a modalidade de concurso externo como forma de recrutamento dos investigadores auxiliares, principais e coordenadores.

O decreto-lei sobre o Estatuto do Bolseiro de Investigação Científica prevê o recebimento pontual das importâncias das bolsas e que os bolsseiros sejam titulares de um vínculo jurídico-laboral.

Segundo o diploma, o bolsheiro tem direito à contagem do tempo durante o qual beneficiou do estatuto previsto no presente decreto-lei, como tempo de serviço efectivo na categoria que detém.

Por princípio, o ingresso na carreira de investigação científica passa a exigir o grau de doutoramento.

Recorde-se que Portugal, apesar de ter sete mil doutorados, encontra-se ainda longe quer das necessidades nacionais quer dos rácios dos estados mais desenvolvidos.

O decreto-lei que estabelece o quadro normativo aplicável às instituições que se dedicam à investigação científica e desenvolvimento tecnológico prevê a existência de Laboratórios do Estado, outras instituições públicas de investigação e instituições particulares de investigação.

É criada a figura da «Instituição Associada» ou «Laboratório Associado», contemplando instituições que, não sendo Laboratórios do Estado, podem ser associadas de forma especial à prossecução de determinados objectivos de política científica e tecnológica nacional.

Os Laboratórios Associados passam a ser formalmente consultados pelo Governo sobre a definição dos programadas e instrumentos da política científica, e estão sujeitos à avaliação e acompanhamento da execução dos contratos.

O investimento público na Ciência cresce este ano 26 por cento em relação ao que estava previsto no Orçamento para 1998, existindo 1 500 projectos de investigação em curso e quatro mil bolsseiros.

O sistema científico nacional integra cerca de duas mil unidades que empregam cerca de 21 mil pessoas, entre investigadores (cerca de 19 mil) e trabalhadores administrativos e de apoio.

## ESCOLAS DE CIDADANIA

**O** secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes, considerou, no dia 24, em Viana do Castelo, as associações juvenis como «verdadeiras escolas de cidadania», onde se «exercita a democracia» e se «aprende um conjunto de competências sociais».

«As associações juvenis são espaços de exercícios práticos de cidadania, na medida em que é preciso eleger órgãos sociais, prestar contas aos associados, organizar um plano de desenvolvimento e estabelecer relações com outras instituições», explicou Miguel Fontes.

O governante falava na cerimónia de assinatura de protocolos relativos aos Planos de Desenvolvimento para 1999, ao abrigo do Programa de Apoio às Associações Juvenis (PAAJ) do distrito de Viana do Castelo.

Este ano foram 42 as associações distritais que se candidataram ao plano anual de actividades ao Instituto Português da Juven-

tude, ao abrigo do PAAJ, enquanto em 1998 foram apenas 19 e em 1997, sendo as áreas de infra-estruturas, equipamento, funcionamento, actividades e recursos humanos aquelas onde se concretizaram as maiores ambições.

Miguel Fontes sublinhou também a importância do associativismo juvenil enquanto espaço de «educação não formal», que tem de ser estimulado e apoiado, contribuindo desse modo para a «renovação e fortalecimento da sociedade civil», para a «formação da consciência cívica» e para a «promoção do desenvolvimento social».

Numa alusão aos efeitos do 25 de Abril, o secretário de Estado da Juventude reconheceu que, num espaço de tempo muito curto, o País ficou «radicalmente diferente» em termos económicos, sociais, políticos e culturais, tendo-se conseguido consolidar uma democracia que, no entanto, «não poderá esgotar-se em meros actos eleitorais». «É fundamental construir uma democracia de qualidade, exercitando a participação e

assumindo os cidadãos responsabilidades cívicas», reforçou Miguel Fontes, salientando, a propósito, que esta é uma das «heranças mais pesadas de 48 anos de ditadura».

Na sua intervenção, Fernando Cabodeira, delegado regional do Instituto Português da Juventude (IPJ), saudou o trabalho desenvolvido pela Secretaria de Estado da Juventude no distrito de Viana do Castelo e lembrou as várias acções implementadas de apoio aos jovens.

Entre as principais acções merecem destaque a criação de uma linha telefónica «Sexualidade em Linha», anónima e confidencial, e a inauguração de um Gabinete de Apoio a Sexualidade (Espaço Saúde Jovem), nas instalações do IPJ de Viana do Castelo, que segundo Fernando Cabodeira, está a ter um «sucesso estrondoso», recebendo, em média, quatro a cinco jovens por dia.

Fernando Cabodeira referiu ainda que, no período de 1997 a 1999, verificou-se, a ní-

vel distrital, um aumento significativo das associações inscritas no Registo Nacional de Associações Juvenis (RNAJ), bem como um crescimento de 124 por cento dos valores totais do PAAJ, nomeadamente de 16 mil contos para 35 911 contos.

Por seu lado, João Paulo Saraiva, presidente da Comissão Executiva do IPJ, apresentou os indicadores nacionais da política do associativismo juvenil entre 1996 e 1998, destacando que durante aquele período registou-se um aumento de associações (61 por cento), um crescimento do número de Planos de Desenvolvimento (98 por cento) e da dotação para o PAAJ.

João Paulo Saraiva referiu-se ainda aos objectivos estratégicos da Secretaria de Estado da Juventude e do IPJ para 1999/2000, nomeadamente aumentar de forma sistemática e sustentada a credibilidade do associativismo juvenil, dar-lhe mais visibilidade e dimensão nacional, através da divulgação das suas actividades, e sublinhar a sua importância na formação do indivíduo.

## ABRIU A PRIMEIRA LOJA DO CIDADÃO

«**U**ma revolução na modernização administrativa e uma transformação de mentalidade.» Foi com estas palavras que o primeiro-ministro, António Guterres, descreveu, na passada terça-feira, dia 27, a abertura da primeira Loja do Cidadão, durante o acto inaugural ao qual presidiu e que decorreu em Lisboa.

A loja, a funcionar num prédio junto ao Metro das Laranjeiras, é um local onde é possível tratar de mais 150 problemas diferentes, desde o BI ao IRS e pagamentos à EDP, Carris e EPAL, e tratar do passaporte.

A segunda Loja do Cidadão, no Porto, será inaugurada ainda este Verão, seguindo-se-lhe as de Aveiro, Coimbra e Viseu e depois em todas as capitais de distrito, anunciou Guterres.

Esta é porventura a «mais inovadora experiência» na Europa de relação entre o Estado e as pessoas, e é também a prova de que a experiência que realizámos com os Centros de Formalidades de Empresas pode generalizar-se ao conjunto das relações entre o Estado e as pessoas, observou ainda.

António Guterres lembrou que já estão em funcionamento quatro centros de formalidades de empresas e que através deste serviço a constituição de uma empresa, que antigamente levava entre quatro e seis meses, leva hoje apenas cerca de três se-

manas. Com a Loja do Cidadão, «as vencedoras são as pessoas e os vencidos são a burocracia e os que fazem dela a razão de ser e de estar em sociedade», afirmou ainda Guterres, ao mesmo tempo que destacou o papel que Jorge Coelho e Fausto Correia tiveram no processo que levou à sua criação.

Para o secretário de Estado Fausto Correia, que lembrou que o novo organismo procura cumprir a orientação traçada pelo primeiro-ministro para o Governo no sentido de «pôr as pessoas em primeiro lugar», a Loja do Cidadão é «a mais bem conseguida medida de modernização da Administração Pública» que já foi realizada.

### Uma revolução tranquila...

Acabar com o atendimento moroso, mal informado e pouco atencioso é o objectivo central das Lojas do Cidadão, apresentando-se como uma «revolução tranquila» na Administração Pública.

O chefe do Executivo socialista visitou um a um os 30 *guichets* e utilizou mesmo alguns deles. Como sucedeu no da CGD, onde pediu um extracto da sua conta e no da Lisboa Gás, onde, tal como qualquer pessoa, tirou primeiro a senha de fila de espera para ser atendido.

Depois, pediu a revalidação da carta de condução, e enquanto esperava foi-lhe fornecido um *bip*, destinado a avisar o utente de que o serviço está pronto. Porém, para a receber o primeiro-ministro teve de pagar os três mil escudos estipulados.

Viu também uma sala com brinquedos e uma educadora de infância, destinada a tomar conta das crianças enquanto os pais tratam dos seus assuntos nos diversos serviços ali disponíveis.

A primeira Loja do Cidadão fica situada junto à Estrada da Luz e à Estação do Metro das Laranjeiras, está aberta de segunda a sexta-feira das 8 e 30 às 19 e 30 e ao sábado das 9 e 30 às 15 horas, tendo ainda um serviço de atendimento telefónico permanente.

Na cerimónia da sua inauguração estiveram, entre outros, o ministro da Justiça, Vera Jardim, o secretário de Estado do Orçamento de Portugal, João Carlos Silva, e a secretária de Estado da Administração Pública de Cabo Verde e ainda outros altos responsáveis da Administração Pública de outros países e da OCDE.

### Um menu de 200 serviços

Alguns dos serviços disponíveis na loja são informações fiscais, sobre serviços e equipamentos sociais e da Segurança Social, emissão de declarações de situação

contributiva, entrega de declarações do IRS, pedido e entrega de BI e registo automóvel.

O mesmo se passa com certidões de registo civil, predial, comercial e automóvel, certificados de registo criminal, renovação da carta de condução (substituição ou segunda via), obtenção de passaportes e registo de alarmes.

Reclamações ao Instituto do Consumidor, realização de exame médico (para cidadãos com menos de 35 anos) no *guichet* do Instituto Nacional de Desporto, e ainda atendimento jurídico sobre relações laborais, programas e medidas de emprego fazem também parte do lote de ofertas do Instituto Português de Juventude tem ali disponível um gabinete para obtenção do Cartão Jovem e reservas em pousadas, enquanto o Ministério da Saúde dispõe no local de um serviço para inscrição nos Centros de Saúde e obtenção do cartão de utente do Serviço Nacional de Saúde.

Acesso a cuidados médicos nos centros e a serviços em hospitais, um posto de atendimento da Caixa Geral de Depósitos, outros dos CTT, e ainda outros da EDP, ENATUR, EPAL, GDL (Gás Natural de Lisboa), Portugal Telecom, Carris, Metropolitano, CP, Transtejo e Caixa Geral de Aposentações estão no local para prestação de serviços, informações e venda ou pagamento dos seus produtos.

## NOVO AUMENTO DAS PENSÕES MAIS BAIXAS

**A**s pensões por invalidez e velhice do regime geral da Segurança Social vão ser aumentadas extraordinariamente em Junho, ficando os pensionistas com a carreira contributiva completa (40 anos) a receber no mínimo o equivalente ao salário mínimo social (54 560 escudos).

O aumento, que se aplica aos pensionistas que tenham feito pelo menos 15 anos de descontos, foi anunciado no dia 20 pelo ministro do Trabalho e Solidariedade, Ferro Rodrigues, que, acompanhado pelo primeiro-ministro, António Guterres, visitou um centro de convívio de terceira idade no Estoril.

A nova grelha equipara o valor da pensão mínima de beneficiários com carreiras contributivas completas ao valor líquido do salário mínimo nacional (descontado o valor da contribuição para a Segurança Social), lê-se numa nota do Ministério do Trabalho e Solidariedade.

A carreiras contributivas proporcionalmente menores passa também a corresponder um novo conjunto de pensões mínimas, proporcionais aos anos de descontos efectuados, acrescenta.

O aumento extraordinário faseado, que desde Outubro acelerou a convergência

### Novos valores mínimos das pensões

Anos de descontos	Novo mínimo da pensão
15 e 16	35 470 \$
17 e 18	36 560 \$
19 e 20	37 650 \$
21 e 22	38 740 \$
23 e 24	39 830 \$
25 e 26	40 920 \$
27 e 28	42 010 \$
29 e 30	43 110 \$
31	44 200 \$
32	45 290 \$
33	46 380 \$
34	47 470 \$
35	48 560 \$
36	49 650 \$
37	50 740 \$
38	51 830 \$
39	52 930 \$
40	54 560 \$

em direcção ao salário mínimo líquido, «garante no futuro o nível das pensões mínimas em função do salário mínimo na-

cional anualmente ajustável, e reforça o papel da contributividade como base de uma maior justiça interna do sistema», refere ainda.

As situações «mais profundamente injustas que o Governo encontrou no regime geral da Segurança Social quando tomou posse dizem respeito a 400 mil pensionistas de invalidez e velhice que, apesar de terem descontado mais tempo que a maioria dos restantes pensionistas, no momento da reforma viram ser-lhes atribuídas pensões baixas, na maioria dos casos ao nível da pensão mínima», explica.

«Estas pensões degradadas resultaram de uma fórmula penalizadora, entretanto abandonada, e de elevadas inflações nos finais da década de 80 e princípios desta década», refere ainda o texto.

O Ministério do Trabalho e da Solidariedade iniciou em 1996 a correcção gradual destas situações através de aumentos extraordinários destinados a fazer reflectir melhor o maior esforço contributivo no valor das pensões, diz também a nota.

A evolução global do sistema de pensões desde Novembro de 1995 «prova que uma política responsável de aumentos, que tem em conta a avaliação das possibilidades

futuras, é compatível com melhorias reais importantes da situação dos pensionistas carenciados», refere também o texto.

Desde a posse do actual Governo, em 28 de Outubro de 1995, a evolução das pensões mínimas de invalidez e velhice dos vários regimes foi a seguinte: a pensão do regime geral, que era de 27 600 escudos em Outubro de 95, vai ser a partir de Junho deste ano entre 32 600 e 54 560 escudos (aumentos de 18,1 a 97,6 por cento), dependendo da carreira contributiva.

Quanto à pensão do Regime Geral da Segurança Social dos Activos Agrícolas (RESSAA), que era de 19 600 escudos em Outubro de 95, vai ser a partir de Junho de 24 200 escudos, registando um aumento de 23,5 pc.

Quanto à pensão do Regime Não Contributivo e Equiparado (Pensão Social), cujo valor era de 17 500 escudos quando o Governo tomou posse, vai ser a partir de Junho de 23 600 escudos, registando assim um aumento de 34,9 por cento.

«Tendo em conta que as taxas de inflação registadas nos três anos em referência foram em média de cerca de 2,5 por cento, é evidente o muito significativo aumento das pensões mínimas em termos reais», salienta ainda a nota.



## Abrantes

### Pólo de formação profissional

A Câmara Municipal de Abrantes fez publicar no «Diário da República» o concurso público para adjudicação da empreitada da obra de recuperação do antigo edifício dos estaleiros municipais, em Vale de Rãs, para instalação do Pólo de Formação Profissional de Abrantes.



## Albufeira

### Ação de formação sobre consumo

Realiza-se hoje, dia 29, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Albufeira, uma acção de formação de formadores sobre consumo, dirigida aos professores de todos os níveis de ensino a leccionar no concelho.

A participação nesta acção de formação promovida pela autarquia, em colaboração com a Associação Portuguesa de Direito do Consumo, é gratuita.

## Cabeceiras de Basto

### Comemorações do 25 de Abril

A Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto organizou um vasto e variado programa para comemorar de uma forma abrangente os 25 anos da Revolução dos Cravos. As comemorações decorreram de 23 a 25 de Abril e do programa há a destacar, entre outras iniciativas, provas desportivas, animação musical, fogo-de-artifício, uma sessão solene evocativa do 25 de Abril e uma conferência subordinada ao tema «A importância do poder local no desenvolvimento do País».

## Cascais

### Câmara recupera polidesportivo no Estoril

A Câmara Municipal de Cascais vai assinar um protocolo de colaboração com a Associação de Moradores de Atibá, freguesia do Estoril, permitindo descentralizar uma verba de 10 mil contos para o início dos trabalhos de recuperação e beneficiação do campo de jogos local.

A autarquia considera que a Associação de Moradores de Atibá tem desenvolvido um bom trabalho na dinamização desportiva e recreativa na zona, intervindo igualmente sobre outras formas na comunidade local, podendo com a atribuição da verba de 10 mil contos começar as obras para a cobertura do polidesportivo e construção de um conjunto de vestiários e balneários de apoio.



## Felgueiras

### Conferência sobre o euro e a administração pública

A Câmara Municipal de Felgueiras, em colaboração com a Comissão Euro do Ministério das Finanças, organizou no passado dia 17, no auditório da Biblioteca Municipal, uma conferência subordinada ao tema «O euro e a Administração Pública».



Participaram, entre outros, Fátima Felgueiras, João Paulo de Almeida, Manuel Faria e Maria Esmeralda de Oliveira.

### Torneio de natação

Numa organização do FPCA – Clube de Natação de Felgueiras, realizou-se no passado dia 18 a segunda edição do torneio de natação «Terras do Sousa, que decorreu na piscina municipal de Felgueiras.

## Montijo

### Recuperar Quinta do Pátio d'Água

A presidente da Câmara do Montijo, a socialista Maria Amélia Antunes, pretende recuperar a Quinta do pátio d'Água, edi-

fício que serviu até há pouco tempo como lar de idosos, para ali instalar uma escola superior, com vertentes ligadas à actividade do concelho.

## Ovar

### Autarquia apoia recuperação de habitações

O Executivo da Câmara Municipal de Ovar deliberou, na sua última reunião ordinária, criar um gabinete de apoio à implementação do Programa SOLARH – Programa de Solidariedade e Apoio à Recuperação de habitação.



O programa municipal SOLARH tem por objectivo a concessão de apoios financeiros especiais para a realização de obras de conservação e beneficiação em habitações próprias e permanentes de cidadãos e agregados familiares economicamente carenciados.

## Penha de França

### Excursão de idosos a Trás-os-Montes

No âmbito da sua política social de apoio aos idosos, a Junta de Freguesia da Penha de França, presidida pelo socialista João Jofre da Fonseca Costa e que integra ainda no Executivo os camaradas Manuel Oliveira Duarte e Carlos Tecelão, vai realizar nos dias 18, 19, 20 e 21 de Maio uma excursão ao Nordeste Transmontano, destinada aos cidadãos menos jovens da freguesia.

A exemplo de outras excursões organizadas pela Junta de Freguesia da Penha de França e destinadas aos cidadãos menos jovens, o passeio de quatro dias a Trás-os-Montes será mais uma oportunidade para os idosos confraternizarem e visitarem locais de inegável interesse turístico e histórico.

O itinerário é o seguinte: (1º dia) - Lisboa - Aveiras (pequeno-almoço) - Porto - (almoço) - Amarante - Vila Real - Murça - Mirandela (jantar e dormida). (2º dia) - Mirandela - Bragança - Serra de Montesinho - Bragança (almoço) - Chaves - Mirandela (jantar e dormida). (3º dia) - Mirandela - Macedo de Cavaleiros - Vimioso - Miranda do Douro (almoço) - Mogadouro - Alfândega da Fé - Mirandela (jantar e dormida). (4º dia) - Mirandela - (viagem de com-

boio Mirandela - Régua no percurso do Tua) - Régua (almoço) - Lamego - Viseu - Coimbra - Lisboa.

## Porto

### Lurdes Pintasilgo fala sobre o 25 de Abril

Maria de Lurdes Pintasilgo, grande personalidade da esquerda portuguesa, que exerceu, entre outras funções, o cargo de primeiro-ministro durante cem dias em 1979, participou no dia 28, no Porto, no Rivoli, no Porto, numa conferência sobre o 25 de Abril.

Tratou-se de uma iniciativa inserida no âmbito das Conferências do Porto.

A ex-primeira-ministra teve como interpelante o director do «Jornal de Notícias», Frederico Martins Mendes.

Recorde-se que antes de Lurdes Pintasilgo, participaram neste Ciclo de Conferências sobre os 25 anos do 25 de Abril Mário Soares, Freitas do Amaral e Pinto Balsemão.

Nas quartas-feiras, de 5 e 12 de Maio, as conferências terão a presença de Álvaro Cunhal e António Guterres.

## Povoação

### Nova Escola de Furnas

Decorreu no passado dia 18 a cerimónia de lançamento da primeira pedra da obra de construção da nova Escola 2.3 de Furnas. Presidiu à cerimónia o socialista Carlos César, presidente do Governo Regional dos Açores.

## Santo Tirso

### VI Encontro Nacional Motard/Cultura

Numa organização da Câmara Municipal de Santo Tirso, realizou-se nos passados dias 17 e 18 de Abril o VI Encontro Nacional Motard/Cultura.



Esta iniciativa camarária teve como principal objectivo divulgar junto da comunidade nacional motard as inúmeras potencialidades culturais, paisagísticas e turísticas do município de Santo Tirso, proporcionando a todos os participantes momentos inesquecíveis de convívio e camaradagem.



## PS PREPARA CAMPANHA

O PS está a preparar com muito profissionalismo e seriedade, como é hábito, as suas acções de campanha com vista às eleições europeias de 13 de Junho, certo de que os portugueses lhe darão mais uma vez uma vitória eleitoral, numa relação de confiança nas propostas socialistas para uma Europa com coesão económica e social.

No Largo do Rato, os socialistas têm já agendada uma viagem de comboio de Lisboa ao Porto com duas ou três paragens, a 29 de Maio, onde viajam o cabeça-de-

lista, Mário Soares, os restantes candidatos e alguns dirigentes do PS, entre os quais o camarada António Guterres.

### Grande comício no Porto

Após esta iniciativa de arranque oficial da campanha socialista, que culmina com um comício no Porto no mesmo dia à noite, nada está ainda definido.

Entretanto, destaque para duas reuniões realizadas esta semana na renovada sede do PS, a primeira de António Guterres com todos os candidatos, na passada segun-

da-feira, e a outra de António José Seguro com as estruturas distritais do partido, realizada ontem, quarta-feira.

Apesar disso, e como reconheceram já alguns dirigentes socialistas, a presença de Mário Soares em campanha não vai ser muito assídua em virtude dos compromissos que o cabeça-de-lista do PS já assumiu no âmbito das suas actividades em organizações internacionais como o Movimento Europeu ou a Comissão Mundial Independente dos Oceanos.

Compromissos que, não são para desmarcar mas apenas para sofrer acer-

tos pontuais, tanto em pré-campanha como já em campanha.

Esta semana, por exemplo, Soares esteve em Barcelona onde permanece de segunda a quarta-feira, a convite dos jornais catalães «Tribuna» e «Periódico», para participar em diversas iniciativas sobre o 25 de Abril e sobre a União Europeia. Mais tarde, a 21, 22 e 23 de Maio, Soares preside a uma conferência sobre a África Austral e a região dos Grandes Lagos com a presença de diversas personalidades nacionais e internacionais de relevo, promovida pela fundação com o seu nome.

### BRAGANÇA

#### Nova sede

A Federação distrital de Bragança do PS inaugurou no passado dia 17 de Abril a sua nova sede, localizada na Av. Sá Carneiro.

Foi servido um jantar no restaurante «Geadas», em Bragança, que teve como ponto alto a homenagem a todos os militantes filiados no Partido há pelo menos 20 anos e aos quais foi entregue uma medalha alusiva mandada cunhar para o efeito.

O dirigente nacional do PS Armando Vara, militante inscrito em Bragança, presidiu à inauguração da sede e à cerimónia de entrega das medalhas aos homenageados.

### GAIA

#### Autarcas PS contra despotismo

Os vereadores do PS na Câmara de Gaia denunciaram no dia 12 o «comportamento politicamente incorrecto e ditador» do autarca laranja Luís Filipe Menezes, presidente do município.

Em comunicado subscrito pelo vereador Barbosa Ribeiro, os autarcas socialistas afirmam que estão a ser «impedidos de poderem exercer com dignidade e em plena liberdade de consciência o seu mandato, de forma a defenderem os interesses de Gaia e dos gaianos».

#### Falta de rigor e transparência

Os vereadores do PS protestam também contra a «insensibilidade e o despotismo político» de Luís Filipe Menezes, pelo facto de não aceitar o pedido de adiamento da discussão e votação do relatório e contas de gerência de 1998 da autarquia.

No comunicado, os autarcas criticam «as condições de falta de rigor e transparência com que são analisados e discutidos assuntos de grande importância para a vida do município».

«Como é possível analisar e votar em consciência 77 pontos de uma agenda de trabalhos distribuída sexta-feira à noite para ser votada segunda-feira à tarde?», questionam os socialistas.

#### Crispação

Para o PS, o «uso e abuso» da maioria absoluta do PSD na câmara «configura uma situação inaceitável e perigosa sob o ponto de vista da convivência democrática, colocando em permanente crisperação os órgãos municipais».

«Factos como o de hoje repetem-se consecutivamente de forma abusiva e provocatória, através de sistemáticas e constantes marcações de reuniões de câmara com carácter extraordinário, com agendas repletas de assuntos complexos, polémicos e estruturantes», afirmam os vereadores.

Na opinião dos socialistas, estas atitudes visam «impedir que os vereadores do PS tenham tempo suficiente para preparar os temas, obrigando-os a absterem-se ou a não participarem nas reuniões».

#### Obstrução

No comunicado, são apresentados dois exemplos, um dos quais a divulgação em Dezembro, com 48 horas de antecedência, dos planos de Actividades e Orçamento para 1999 e Plurianual de Investimentos e Orçamento Financeiro dos SMAS e dos regulamentos sobre Instalações e Funcionamento de Recintos de Espectáculos e Divertimentos e de Taxas e Licenças e Outras Recitas do Município.

### GUARDA

#### Comunicado da Federação

A Federação do PS/Guarda, num comunicado, congratulou-se com a inauguração da Pousada da Juventude de Vila Nova de Foz Côa, «estrutura idealizada, concebida e construída pelo Governo do PS».

«A juventude portuguesa e internacional tem agora um local de apoio para poder conhecer o vastíssimo património natural e edificado das nossas terras, nomeadamente das gravuras rupestres, património da humanidade», refere o comunicado do PS/Guarda.

#### Desenvolvimento integrado

Os socialistas da Guarda adiantam que «este é, sem dúvida, um investimento que potenciará outras actividades e que contribuirá para o desenvolvimento integrado de toda uma região».

### MAIA

#### PS crítica Câmara

O presidente da Comissão Política Concelhia da Maia do PS, camarada José Manuel Correia, e o Secretariado deram no passado dia 9, nas instalações da Federação Distrital, uma conferência de Imprensa, onde denunciaram várias irregularidades, devidamente documentadas, que ocorrem na Câmara Municipal da Maia.

## Comunicado do Secretariado Nacional PS manifesta pesar pela morte de Abecassis

Num comunicado do dia 14, o Secretariado Nacional do PS «manifesta o seu profundo pesar pela morte do engenheiro Nuno Krus Abecassis», sublinhando que «a sua vida foi um exemplo de dedicação à causa pública e à democracia, com particular relevo nas funções de presidente da Câmara Municipal de Lisboa e como deputado da Assembleia da República».

O PS «curva-se perante a sua memória e apresenta sentidas condolências à família enlutada e ao CDS/PP».

## Socialistas belgas homenageiam Portugal

O Partido Socialista Belga – Secção Francófona realizou o seu Congresso nos dias 24 e 25 de Abril.

Na reunião magna dos socialistas belgas foi aprovado o seu programa para as eleições legislativas e europeias, que se realizam em simultâneo no próximo dia 13 de Junho.

Dada a coincidência com o aniversário dos 25 anos do 25 de Abril, o líder do PS da Bélgica, Philippe Busquin, convidou o eurodeputado socialista Luís Marinho, para intervir na abertura do Congresso na altura da cerimónia evocativa da Revolução dos Cravos, que restituiu aos portugueses a liberdade e dignidade e pôs fim à mais longa ditadura da Europa, que deixou Portugal como o país mais atrasado do Velho Continente.

O PS da Bélgica pretendeu desta forma prestar homenagem ao PS português e ao seu papel na luta pela liberdade e democracia no contexto europeu.



## GOVERNO SOLIDÁRIO: DESENVOLVER O INTERIOR É CUMPRIR ABRIL

**A** abertura da pousada da juventude de Vila Nova de Foz Côa, que ocorreu no penúltimo fim-de-semana, tem um tão especial significado que nos faz a todos perceber quanto vale a pena, nestes momentos, participar na vida política, entendida esta como o conjunto de acções que promovam o bem-estar das pessoas.

O encanto deste acto tem este tão especial significado porquanto faz a ponte entre um património que nos é legado pelos nossos antepassados de dezenas de milhares de anos e os jovens, que, são hoje os depositários das nossas mais firmes esperanças num Portugal, que proporcionará cada vez mais qualidade à vida dos seus residentes.

Num dos trabalhos expostos de alunos da Escola Preparatória de Vila Nova de Foz Côa li uma quadra, que transcrevo, por elucidativa: Pousada da Juventude/ Tens a tua inauguração/ Ficaste pronta depressa/ para nossa admiração.

Consolidando a *confiança* que os portugueses em geral e as pessoas do Distrito da Guarda manifestaram em Outubro de 1995 no Partido Socialista, logo o novo Governo inverteu uma lógica que inexoravelmente nos atingia no mais profundo do nosso cerne, porque nos trespassava a nossa memória, porque pretendia despojar-nos, submergindo-a, de uma tão bela manifestação da presença de povos a quem devemos hoje uma boa parte da nossa matriz cultural. Um povo que não respeita o seu passado não merece ter futuro!

O Governo conseguiu, com essa deliberação corajosa e decidida, que Portugal iniciasse uma nova fase de afirmação no contexto dos países da União Europeia e no panorama cultural mundial.

A classificação como Património Mundial das gravuras de Foz Côa veio, se tal ainda fosse necessário, confirmar o que já não necessitava de o ser: os portugueses têm hoje um governo que decide *certadamente e no momento certo: com eficácia e no momento próprio, com rapidez nos casos urgentes, com ponderação e diálogo quando as circunstâncias o requerem.*

Hoje seríamos alvo da chacota do mundo por termos destruído algo que a Humanidade consagrou como seu!

Pelo contrário, este Governo conseguiu, com esse gesto corajoso e determinado, o apreço e a admiração do Mundo para Portugal.

### Porquê no Distrito da Guarda?

Mas, este foi apenas o primeiro sinal de que havia uma nova política, um novo rumo e uma nova visão. Significativamente, o Distrito da Guarda foi o destinatário privilegiado desse sinal.

Um distrito berço de homens ilustres mas



que fora dele buscaram a sua realização pessoal e contribuíram para a afirmação de Portugal na Europa e no Mundo.

Na pessoa do Dr. António de Almeida Santos, Presidente da Assembleia da República, podem saudar-se e homenagear-se todos os que deste distrito partiram para essa diáspora dos Portugueses por todos os cantos do mundo e que, depois de contribuírem com o seu génio e o seu saber para o enriquecimento desses povos, a nós voltam para, com o mesmo génio, acrescido dum acrisolado amor à terra natal, continuarem, com o seu inesgotável saber, a contribuir para o progresso e bem estar dos portugueses; mas também aqueles outros que, embora mortificados pela saudade, não conseguem o êxito que almejam e, por isso, não mais regressam à terra que os viu nascer.

Foi este distrito, duramente atingido por essa sangria dos seus melhores recursos, que o Governo procurou compensar. Logo na sequência desta decisão em defesa das gravuras (na qual não poderemos deixar de lembrar o formidável e entusiástico envolvimento da juventude portuguesa a querer lembrar que não há geração rasca: pode é ter havido um governo rasca), foi lançado um Programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do Côa, para, a partir do aproveitamento cultural, educativo e turístico do património arqueológico e histórico criar as condições para o desenvolvimento socioeconómico.

O outro Programa de Desenvolvimento Integrado o «Proestrela» veio complementar esta rede de optimização de recursos e do investimento público no Distrito, e promover a valorização e a diversificação da base económica sub-regional e a modernização da indústria de lanifícios.

Tornava-se necessário encarar o interior como um espaço de oportunidades substanciais do aproveitamento dos seus recursos, potenciados por um novo quadro estratégico configurado no espaço ibérico e nas grandes vias de

estruturação e internacionalização do espaço nacional, tendo sempre presente que alguns problemas, sendo estruturais, não se solucionam a breve prazo.

As iniciativas e os projectos já financiados consubstanciados em mais de 30 milhões de contos já aprovados, atestam devidamente a valia destes programas e a forma como estão a ser operacionalizados.

Estão, assim 13 dos 14 concelhos do distrito abrangidos em programas de desenvolvimento.

### Os lanifícios

O acompanhamento e permanente diálogo que o Governo tem mantido com todos os parceiros sociais envolvidos no sector têxtil que proporciona trabalho a milhares de trabalhadores, tem permitido gerir os graves problemas que afectam este sector por forma a poderem encarar-se soluções com o mínimo de custos sociais.

Uma pretensa reestruturação nada conseguira resolver, e teve como consequência uma degradação generalizada.

Perante este cenário de catástrofe ao actual Governo se deve a salvação de tantas empresas que hoje se traduzem na preservação de milhares de postos de trabalho e no rejuvenescimento do tecido empresarial no distrito.

Aproveitando a evolução macro-económica muito positiva, tem-se privilegiado a recuperação das empresas em dificuldades através de medidas que possam impedir a contínua repetição das situações de crise, num quadro de aquisição ou fusão dessas empresas por empresas credíveis e sãs ou até através da sua aquisição por quadros-trabalhadores. Assim, tem sido possível evitar-se a perda abrupta de postos de trabalho como sucedeu noutras regiões bem perto da nossa. Os casos da Gartêxtil na cidade da Guarda, da Lopes da Costa em Gouveia, e da Fisel em Seia, são bem elucidativos pois permitiram salvar mais de 700 postos de trabalho.

### Diversificar o tecido produtivo

Mas, atento à necessidade de diversificar o tecido produtivo, demasiado dependente da mono-indústria dos lanifícios, o Governo lançou um programa de apoio à deslocalização industrial para o interior; no âmbito deste programa (PAEDIR) foram no dia 19 assinados os contratos de incentivo com as primeiras três empresas a instalar-se no distrito, que criarão cerca de 170 novos postos de trabalho na Mêda e em Trancoso.

A criação da Sociedade de Garantia Mútua na Guarda destinada a facilitar o crédito às micro e às PME's é um outro instrumento à disposição destas empresas do distrito que se revestirá de grande interesse para um futuro de grandes desafios

para o sector empresarial. Esta não foi nem será uma oportunidade perdida!

O Partido Socialista é hoje, no universo político, a estrela-mãe. A estrela mais brilhante. Sendo o epicentro da actividade política, exerce um indelével poder atractivo, cujo fascínio irá perdurar e manter-se por um longo período na sociedade portuguesa. O Governo tem cumprido, dentro dos condicionamentos da maioria relativa que detém, os compromissos programáticos assumidos perante a Assembleia da República e que correspondem às expectativas dos portugueses. Visando atenuar as assimetrias regionais, impôs-se um novo discurso e uma nova prática governativa, em resultado da necessidade de rápida inversão do caminho percorrido pelos anteriores governos. Nesta perspectiva se insere o incremento dos dois referidos programas de desenvolvimento integrado no nosso distrito, o Procôa e o Proestrela, a par com a extensão da rede do gaz natural, ao interior que fora planeada pelo anterior governo apenas para o litoral, contribuindo, com esta medida estruturante para que o fosso competitivo existente, nomeadamente no sector empresarial, entre o litoral e o interior não se alargue irreversivelmente.

As medidas de apoio à deslocação de funcionários públicos para o interior aprovadas no último Conselho de Ministros, revelam só por si um novo modo de governar, uma nova cultura governativa e confirmam esse pendore e a paixão pelo interior. Mas a par de todas estas medidas beneficiou ainda o Distrito da Guarda da actividade do Governo que conseguindo a concretização de um ritmo de crescimento económico superior à média comunitária não prejudicou a adesão ao Euro, o aumento do investimento público, o reforço das verbas destinadas ao financiamento das funções sociais do Estado, a adopção de novos mecanismos e instrumentos de combate à pobreza e exclusão social, a valorização da aposta estratégica na educação e na formação profissional. Numa mesma governação coincidiram Rigor na gestão orçamental e financeira, Ambição na política económica, Sensibilidade nas áreas sociais e Solidariedade para com os distritos desfavorecidos. Alicerçadas na matriz doutrinária da esquerda democrática, as reformas incrementadas destinam-se a modernizar o estado com o objectivo de promover a igualdade de oportunidades e da solidariedade activa entre os portugueses, para, com serenidade, se mudar Portugal.

Feito o balanço, direi que não estou ainda satisfeito. Enquanto vir o meu distrito a encabeçar a lista do encerramento das escolas do ensino básico, sinto que o Partido Socialista terá que continuar a governar Portugal, para inverter esta situação. Por isso, vai continuar!



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

**Ritmos latino-americanos em Albufeira**

Hoje, às 22 horas, o Auditório Municipal será palco de um espectáculo com a cantora mexicana Lila Downs.

A actuação integra-se na iniciativa «Palcos Móveis» que a Delegação Regional do Ministério da Cultura do Algarve está a promover.

A partir de terça-feira, dia 3 e até ao dia 31 de Maio poderá visitar, na Galeria Pintor Samora Barros a exposição de escultura em madeira de Alfredo Felício.

**Visitas guiadas em Cascais**

A visita guiada subordinada ao tema «Quintas do Concelho de Cascais» realiza-se no domingo.

**Música em Coimbra**

O Teatro Académico de Gil Vicente será palco para a representação da peça «As Profecias do Bandarra», hoje, às 18 horas e 21 e 30, e amanhã, pelas 18 horas. Também hoje haverá um concerto no Parque de Santa Cruz pelas 21 e 30 com João Afonso.

Amanhã encerra o V Festival José Afonso com o espectáculo de Dulce Pontes e dos Realtejo, no mesmo local e horário.

A mostra de serigrafias de Isa Sequeira intitulada «Des-estranha a Liberdade» espera por si, no Café-Galeria Almedina, até ao dia 26 de Maio.

**Concerto em Fafe**

A Orquestra do Norte realiza, amanhã, pelas 21 e 30, um concerto no Estúdio Fénix, no âmbito da programação cultural do município fafense.

O programa a executar tem por tema «Viagem pela Ópera de Mozart» e inclui excertos das óperas «Bodas de Fígaro», «Don Giovanni» e «Flauta Mágica».

Sara Braga Simões (soprano) e Pedro Telles (barítono) serão os solistas em palco.

A direcção musical e a narração estão a cargo do maestro José Ferreira Lobo. A entrada é livre.

**Teatro em Faro**

O grupo de teatro da Universidade do Algarve Sin-Cera leva a cena, em Maio, a peça «Casa de Boneca» de Henrik Ibsen, numa encenação de Pedro Wilson. O espectáculo, que debutará no próximo dia 5, no Conservatório Regional do Algarve - Maria Campina, centra-se num enredo telenovelistico de uma perspicaz exposição da hipocrisia e luta interior de um casamento feliz apenas na aparência.

**Exposição em Ferreira do Alentejo**

A mostra «Revolução de Abril» estará patente ao público, na Galeria do Espaço Museológico, até ao dia 14 de Maio.

**Guitarras em Guimarães**

Hoje, às 22 horas, no Auditório da Universidade do Minho, ouvir-se-á um concerto de música erudita a cargo dos Guitarristas da Conservatória do Porto.

Amanhã, às 21 e 30, encerra-se oficialmente o programa municipal comemorativo dos 25 anos da Revolução dos Cravos com o espectáculo «O Segredo Maior», da Gesto - Cooperativa Musical.

Também amanhã aproveite a oportunidade para (re)ver o filme que tornou o divertido realizador e actor italiano Roberto Benigni num angariador de Oscars da Academia de Hollywood. Trata-se de «A Vida é Bela», em exibição às 16 e 30 e às 21 e 45, no Cinema São Mamede.

**Cinema em Lisboa**

O Estúdio Coreográfico'99, organizado pela Companhia Nacional de Bailado (CNB) com o apoio do Centro Cultural de Belém (CCB), é uma iniciativa que pretende estimular a revelação de novos valores no domínio da criação coreográfica, bem como no domínio da composição musical e da criação práticas relativas à dança.

Assim, hoje, Dia Mundial da Dança, a CNB apresenta, no Grande Auditório do CCB, pelas 21 e 30, os resultados do Estúdio Coreográfico e, amanhã, às 16 horas, no mesmo local, poderá ser apreciado o ensaio do bailado «Sagração da Primavera, numa versão especialmente preparada para as escolas.

Assista hoje, pelas 19 e 30, na Delegação Regional do IPJ, a um recital de música de câmara interpretado pela Orquestra Municipal de Lisboa.

Amanhã estreiam nas salas de cinema lisboetas as fitas de John Bruno, «Vírus»; Jamie Blanks, «Mitos Urbanos»; e Anand Tucker, «Hillary e Jackie».

**Vozes em Matosinhos**

O ciclo musical «Vozes» contará, amanhã, pelas 21 e 30, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, com as interpretações do pianista Jaime Mota e do tenor Rui Taveira numa recriação das composições de Britten e Lopes-Graça.

**Homenagem a Benigni no Porto**

O actor e realizador de «A Vida é Bela», Roberto Benigni, será homenageado com a exibição de três das suas películas, a partir de amanhã e até ao dia 6 de Maio, no cinema Nun'Alvares.

Amanhã e sábado será exibido «O Pequeno Diabo», realizado em 1988, estando patente a partir de domingo e até 3 de Maio, «Johnny Palito», de 1991.

O terceiro filme, «O Monstro», de 1994, vai ser exibido entre 4 e 6 de Maio.

**Tasquinhas em Santo Tirso**

Cozido à portuguesa, rojões à moda do Minho, cabrito no forno e doces conventuais são alguns dos pratos servidos na IV Feira das Tasquinhas que decorre até domingo. A iniciativa, que reúne 12 tasquinhas no Parque D. Maria II, destina-se a divulgar e promover a gastronomia tradicional da região de Entre Douro e Minho.

As tasquinhas participantes foram seleccionadas entre os restaurantes e estabelecimentos similares do concelho, encontrando-se abertas ao público entre as 12 e as 24 horas.

O certame inclui ainda uma mostra de artesanato, que conta com a presença de três dos mais significativos artesãos do concelho. Abílio Matias (ferro forjado), Olga Marques (cerâmica pintada à mão) e Marília Seabra (vitrais) são os artistas presentes nesta feira, onde o Mosteiro de Singeverga também dispõe de um espaço para divulgação do seu conhecido licor.

O programa da IV Feira das Tasquinhas de Santo Tirso integra ainda espectáculos musicais todas as noites, estando o de hoje a cargo do Grupo Folclórico de Santa Cristina do Couto.

SUGESTÃO

**Feira Quinhentista**

O espírito, os costumes e o comércio do século XVI são recriados, até ao dia 22 de Agosto, na Feira Quinhentista, instalada no Jardim Botânico de Lisboa.

Desde especiarias a bordados ou azulejos, todo o tipo de produtos que se vendiam na época, podem agora ser apreciados e adquiridos nesta feira organizada pela Olho Vivo - Associação para a Defesa do Património, Ambiente e Direitos Humanos -, sediada em Queluz.

A feira, que pode ser visitada, de sexta-feira a domingo, é constituída por 150 figurantes, que fazem de trovadores, equilibristas e vendedores. Os trajas foram cedidos pela Comissão dos Descobrimentos, que procedeu a uma investigação que durou cerca de um ano para que se pudesse recriar o mais fielmente possível o ambiente que se vivia no século XVI.

A Feira Quinhentista faz parte do projecto Cultura Natural do Centro Interdisciplinar de Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade de Lisboa, em colaboração com o Museu Nacional de História Natural e que engloba um conjunto de exposições sob o tema «Lisboa - Preparar o Século XXI».

O projecto pretende ainda assinalar o 5º centenário da descoberta do Brasil por Pedro Álvares Cabral.

**POEMA DA SEMANA**  
Seleção de Carlos Carranca

**25 de Abril**

*Quando desabrocharem de novo os cravos da liberdade, e quando outro rio de povo tomar conta da cidade,*

*bandeira rubra, e o hino do sonho reencontrado: será só nosso o destino, terá futuro o passado.*

*Ainda não é quando, mas virá Um dia o Sol, o Sinal. Quem procura encontrará Outra vez Abril, em Portugal*

**António Arnaut**  
In «25 Poemas de Abril», edição da Junta de Freguesia da Penha de França

**Dia Mundial da Dança**

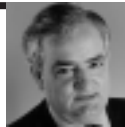
*Lago dos Cisnes*

de Tchaikovsky

Ballet Nacional de Cuba

Alicia Alonso

29 de Abril • Coliseu de Lisboa



## APOSTAR O DOBRO EM NADA!

**A** grande confusão em que mergulhou o PSD não merece grandes comentários, embora suscite aos mais responsáveis algumas preocupações.

Dirigido até à beira do abismo por um líder insensato e incapaz o PSD já terá escolhido o «chefe» que o há-de conduzir a dar o passo em frente.

Esta é que é a realidade incontornável e previsível, face à história recente dos dois protagonistas e ao seu real «curriculum» perante a vida política portuguesa desde 1974.

Surpreendentemente, o que talvez só se possa explicar pela ausência de assuntos picantes decorrente de uma governação tranquila e bem sucedida, alguns líderes da opinião comunicacional, que ajudam a vender os jornais ou a aumentar os shares da televisão (embora menos que alguns anos atrás), transformaram a «sucessão» num factor político verdadeiramente «transcendente».

Como se a substituição do velho pelo putativo chefe ou da anterior candidata pelo actual, mudassem a verdadeira natureza das coisas.

É que efectivamente não mudaram, como será facilmente compreendido dentro de muito pouco tempo.

Penso aliás que, no plano estrutural, quer o Dr. Marcelo quer a Dra. Leonor Bezeza constituíam soluções bastantes mais creíveis (malgré tout) que as soluções de recurso protagonizadas pelo Dr. Durão Barroso e pelo Dr. Pacheco Pereira. Que assim é, viu-se, aliás no recente debate mensal com o Primeiro-Ministro, ao qual o futuro líder do PSD fugiu e está a ver-se nas considerações verdadeiramente «inteligentes» que o cabeça de lista do PSD às Europeias tem proferido a propósito, por exemplo, da Agenda 2000.

Isto que é evidente para o cidadão minimamente informado e interessado é escamoteado, ao abrigo de suspeitas complacências verdadeiramente corporativas, por aqueles (poucos) que julgam continuar a

conformar a opinião e o juízo público.

Como dizia um velho professor que recordo com saudade «eu já nem os ouço». Desteito o mito diáfano da lantasia fica a nudez crua da verdade, e esta põe à luz do dia a fragilidade dos projectos nacional e europeu do PSD e, sobretudo, a ausência de empatia com a vida do dia a dia e das pessoas, que os futuros protagonistas do PSD revelam.

Porque se citam mutuamente, ou porque citam sistematicamente autores estrangeiros, que muitas vezes nem sequer existem, adquiriram o estatuto de intelectuais e com a ajuda de 4 ou 5 cronistas elitistas e amigos lá vão trilhando o caminho da vaidade e da arrogância.

O PSD está efectivamente desesperado e como o jogador inveterado e perdido de Las Vegas faz a clássica aposta «do-bra tudo no nada».

O resultado final é conhecido: perde a casa, os bens materiais, por vezes a mulher e os filhos e ... no fim de tudo, inevitavelmente a alma.

«A Portela (aeroporto) está localizada no centro de Lisboa, com a aproximação dos aviões a ser feita, com frequência, a escassos metros dos telhados do Rossio ou do Hospital de Santa Maria, com o perigo permanente de acontecer uma desgraça, além do ruído, o que obriga qualquer responsável político sensato a não assumir um tal risco»

**Henrique Neto**  
Expresso, 24 de Abril

«Para atamancar a Portela (...) gastar-se-á uma parte substancial do dinheiro que é necessário para construir um novo aeroporto, isto é, ficamos sem dinheiro e sem aeroporto, o que aliás já tem vindo a acontecer e está na nossa tradição de vistas curtas»

**Idem, ibidem**

«Alguns paladinos da esquerda pós-moderna acreditam em guerras santas. Não estão bons da cabeça»

**Alfredo Barroso**  
Expresso, 24 de Abril

«O materialismo tomou conta da sociedade portuguesa – nunca mais ninguém valeu pelo que é. Só o que parece conta, só o que ostenta existe»

**Alexandre Pais**  
Tal & Qual, 23 de Abril

«Os princípios são vergonha, os sentimentos estão fora de moda. O ser humano agoniza»

**Idem, ibidem**



Por favor remeter este cupão para:  
Portugal Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:  
Acção Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

### Ficha Técnica

**Acção Socialista**  
Órgão Oficial do Partido Socialista  
Propriedade do Partido Socialista  
Director

**Fernando de Sousa**

Redacção

**J.C. Castelo Branco**

**Mary Rodrigues**

Colaboração

**Rui Perdigão**

Secretariado

**Sandra Anjos**

Paginação electrónica

**Francisco Sandoval**

Edição electrónica

**Joaquim Soares**

**José Raimundo**

**Redacção**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Telefone 3021243 Fax 3021240

**Administração e Expedição**

Avenida das Descobertas 17

Restelo

1400 Lisboa

Telefone 3021243 Fax 3021240

**Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido**

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

**Impressão** Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo

1495 Lisboa **Distribuição** Vaso, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz